

João Pedro Faleiro Mata



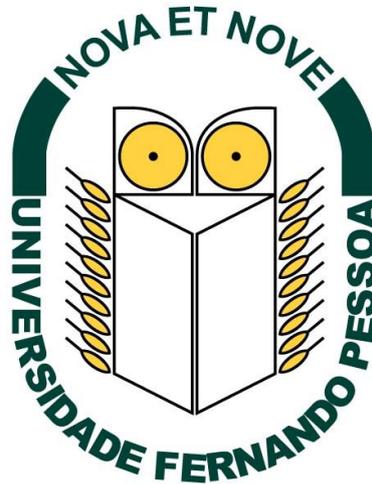
Femicídio e Formas de Violência Prévia nas Relações Íntimas

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2017

João Pedro Faleiro Mata

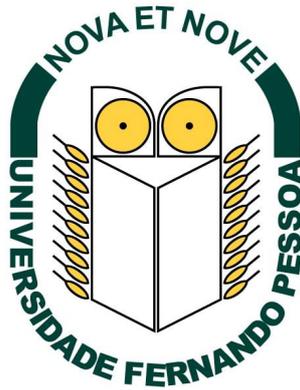


Femicídio e Formas de Violência Prévia nas Relações Íntimas

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2017



João Pedro Faleiro Mata

Assinatura: _____

Femicídio e Formas de Violência Prévia nas Relações Íntimas

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia da Justiça: Vítimas de Violência e de Crime, sob orientação da Professora Doutora Ana Sani e da Professora Doutora Cristina Soeiro (Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz e Escola de Polícia Judiciária).

Porto, 2017

Resumo

A presente dissertação incide sobre as várias formas de violência prévia ao femicídio, definido como o homicídio de mulheres no contexto da intimidade. O primeiro artigo consiste numa revisão sistemática da literatura sobre as várias formas de violência anteriores ao femicídio. Verificou-se que a prevalência de violência oscila consideravelmente entre estudos (31% - 81%) e que, no geral, os estudos que recolheram informação com base na consulta processual apresentam menores taxas de prevalência de violência, comparativamente com os que conduziram entrevistas com *proxies* ou com os polícias que investigaram os casos. A avaliação de risco deve analisar detalhadamente e valorizar a presença de episódios de estrangulamento não letal, ameaças de morte ou com armas, *stalking* ou os comportamentos controladores do agressor, cujas taxas de prevalência são elevadas em determinados estudos. O segundo artigo apresenta os resultados de um estudo exploratório sobre as várias formas de violência prévia ao femicídio em relações íntimas abusivas. Foram selecionados e analisados os processos-crime de femicídio com histórico de violência prévia (71.4% do total de processos consultados, $n = 25$), cometidos entre 2010 e 2015, na zona da Grande Lisboa. Os resultados indicam que 84% das vítimas já tinham sofrido violência psicológica, 60% violência física, 48% *stalking*, 20% comportamentos controladores e 4% violência sexual. Os primeiros meses subsequentes à separação constituem um período de risco elevado e medidas como a prevenção do abuso de substâncias e a restrição do acesso do agressor a armas de fogo podem contribuir positivamente para a redução dos casos de femicídio. Cerca de metade das vítimas (48%) já tinham apresentado queixa por violência doméstica às autoridades e identificou-se um aumento da gravidade ou frequência da violência em 34.3% dos casos. Concluiu-se que existem oportunidades de intervenção nestas situações, que a deteção do histórico de violência não é suficiente e que é imprescindível adotar políticas preventivas e interventivas que efetivamente protejam as vítimas.

Palavras-chave: femicídio, violência nas relações íntimas, formas de violência, fatores de risco.

Abstract

This dissertation focuses on the various forms of intimate partner violence prior to femicide, defined as the homicide of women in the context of intimate relationships. The first article is a systematic review of the literature on the various forms of intimate partner violence prior to femicide. Results indicate that the prevalence of violence varies considerably between studies (31% - 81%) and, overall, studies that collected data based on case file reviewing present lower prevalence rates, compared to those that interviewed proxies or police officers who investigated the cases. Risk assessment practices should analyze in detail and consider the presence of non-fatal strangulation, threats to kill or with weapons, stalking or perpetrators' controlling behaviors, whose prevalence rates are high in certain studies. The second article presents the results of an exploratory study on the various forms of violence prior to femicide in abusive relationships. Femicide cases with a history of intimate partner violence, committed between 2010 and 2015, in Greater Lisbon, were selected and analyzed (71.4% of the total case files consulted, $n = 25$). Results indicate that 84% of the victims have suffered from psychological violence, 60% physical violence, 48% stalking, 20% controlling behaviors and 4% sexual violence. The first months after separation constitute a period of high risk and measures such as substance abuse prevention and restricting the perpetrator's access to firearms can positively contribute to the reduction of cases of femicide. About half of the victims (48%) had already lodged a complaint for domestic violence to the authorities and an increase in severity or frequency of the violence was identified in 34.3% of the cases. We conclude that there are opportunities for intervention in these situations, detecting a history of violence is not enough and it is imperative to adopt preventive and intervention policies that effectively protect victims.

Keywords: femicide, intimate partner violence, forms of violence, risk factors.

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer às minhas orientadoras de dissertação. À Professora Doutora Ana Sani pelo seu rigor científico e prontidão para esclarecer qualquer dúvida e à Professora Doutora Cristina Soeiro pelo elevado nível de exigência e pela disponibilidade e simpatia com que me recebeu na Escola de Polícia Judiciária. A ambas agradeço a frutuosa partilha de experiências e conhecimento.

Aos Procuradores Dr. José Góis, Dr.^a Maria de Fátima Duarte e Dr. Dionísio Mendes dos Tribunais de Lisboa, Sintra e Loures, respetivamente, por facilitarem a consulta processual, indispensável à realização desta dissertação, demonstrando interesse e curiosidade pelo trabalho desenvolvido.

Às colegas Vera Moreira e Andreia Matias que me acompanharam na recolha de dados, pelo companheirismo e espírito de entajuda que caracterizaram essa colaboração.

Aos meus pais e à Catarina, pelo apoio e incentivo constante e pelas palavras de encorajamento muito oportunas.

A todos, muito obrigado!

Índice

Introdução Geral	1
Artigo 1. Femicídio e Formas de Violência Prévia nas Relações Íntimas: Uma Revisão	
Sistemática da Literatura	5
Introdução	8
Metodologia.....	13
Resultados.....	16
Discussão	33
Considerações Finais	38
Artigo 2. Formas de Violência Prévia ao Femicídio em Relações Íntimas Abusivas: Um	
Estudo Exploratório	46
Introdução	49
Metodologia.....	59
Resultados.....	62
Discussão	75
Considerações Finais	80
Conclusão Geral	89
Anexos	98

Índice de Tabelas

Artigo 1. Femicídio e Formas de Violência Prévia nas Relações Íntimas: Uma Revisão Sistemática da Literatura

Tabela 1. <i>Características dos resultados incluídos na análise</i>	17
Tabela 2. <i>Taxas de prevalência de violência nas relações íntimas (não especificada)</i>	25
Tabela 3. <i>Taxas de prevalência de violência física</i>	27
Tabela 4. <i>Taxas de prevalência de estrangulamento não letal</i>	28
Tabela 5. <i>Taxas de prevalência de ameaças de morte</i>	28
Tabela 6. <i>Taxas de prevalência de maus tratos durante a gravidez</i>	29
Tabela 7. <i>Taxas de prevalência de violência sexual</i>	30
Tabela 8. <i>Taxas de prevalência de stalking</i>	32
Tabela 9. <i>Taxas de prevalência de comportamentos controladores</i>	33
Tabela 10. <i>Taxas de prevalência das várias formas de violência prévia sobre a vítima</i>	33

Artigo 2. Formas de Violência Prévia ao Femicídio em Relações Íntimas Abusivas: Um Estudo Exploratório

Tabela 1. <i>Características sociodemográficas dos agressores e vítimas</i>	60
Tabela 2. <i>Caracterização da relação agressor-vítima</i>	63
Tabela 3. <i>Fatores de risco de femicídio associados ao agressor</i>	64
Tabela 4. <i>Caracterização do comportamento homicida e da dinâmica criminal</i>	66
Tabela 5. <i>Prevalência das diversas formas de violência prévia</i>	67
Tabela 6. <i>Dimensões qualitativas de violência física</i>	69
Tabela 7. <i>Indicadores qualitativos do aumento da frequência e/ou gravidade das agressões</i> 70	
Tabela 8. <i>Dimensões qualitativas de violência psicológica</i>	71
Tabela 9. <i>Dimensões qualitativas de comportamentos de stalking</i>	72
Tabela 10. <i>Dimensões qualitativas de comportamentos controladores</i>	73

Tabela 11. <i>Múltiplas formas de violência</i>	74
Tabela 12. <i>Momento da relação em que as várias formas de violência se verificaram</i>	75

Índice de Figuras

Artigo 1. Femicídio e Formas de Violência Prévia nas Relações Íntimas: Uma Revisão Sistemática da Literatura

Figura 1. Vítimas de homicídio voluntário consumado e de homicídio em contexto conjugal/relação análoga, de 2010 a 2015, em Portugal	8
Figura 2. Fluxograma	16

Artigo 2. Formas de Violência Prévia ao Femicídio em Relações Íntimas Abusivas: Um Estudo Exploratório

Figura 1. Vítimas de homicídio voluntário consumado e de homicídio em contexto conjugal/relação análoga, de 2010 a 2015, em Portugal	49
--	----

Índice de Anexos

Anexo A

Autorização para Utilização dos Dados Resultantes da Consulta a Processos-Crime 99

Introdução Geral

A violência conjugal é um fenómeno de longa data e uma das formas mais comuns de violência interpessoal em todo o mundo (Almeida & Soeiro, 2010). Em Portugal, segundo os dados do último Relatório Anual de Segurança Interna (SSI, 2015), a situação não é diferente, sendo o crime de violência doméstica contra cônjuge ou análogo o segundo mais participado dos crimes contra as pessoas (27.6%), representando 7.5% de toda a criminalidade registada no ano de 2015.

A violência doméstica atinge principalmente as mulheres, as quais representam cerca de 85% das vítimas (SGMAI, 2016), e comporta consequências negativas a curto e a longo prazo, tanto físicas (e.g., lesões corporais) como psicológicas (e.g., depressão, ansiedade, baixa autoestima) (Baldry, 2003), podendo mesmo resultar na morte da vítima. A presente investigação versa precisamente sobre o femicídio, designação utilizada para caracterizar o homicídio de mulheres no contexto das relações íntimas (Almeida, 2012; Campbell et al., 2003; Koziol-McLain et al., 2006; McFarlane, Campbell, & Watson, 2002; Sharps et al., 2001).

Em Portugal, no ano de 2015, cerca de 35% das vítimas de homicídio eram do sexo feminino (SSI, 2015). De acordo com os dados do Observatório de Mulheres Assassinadas, um relatório anual desenvolvido com base em dados noticiados na imprensa, 87% dessas mulheres foram assassinadas por homens com quem mantinham ou tinham mantido uma relação de intimidade e a maioria foram mortas nas suas residências (62%) (UMAR, 2015), ou seja, foram mortas sobretudo por pessoas que à partida as deviam proteger e no local onde deviam estar mais seguras.

A investigação científica sobre o femicídio ao nível nacional surgiu apenas recentemente e são ainda poucos os estudos desenvolvidos especificamente sobre o fenómeno (e.g., Almeida, 2012; Pereira, Vieira, & Magalhães, 2013). Esta dissertação surge dessa lacuna e tem como principal objetivo aprofundar o conhecimento relativamente ao histórico de

violência sobre a vítima antes do femicídio, considerado um dos principais fatores de risco (Campbell et al., 2003; Contreras, 2014; Moracco, Runyan, & Butts, 1998). A violência conjugal pode assumir várias formas (e.g., física, psicológica, sexual) (Baltry, 2003), com consequências e níveis de risco distintos, e os estudos existentes, para além de não apresentarem resultados consensuais quanto à prevalência deste fator de risco, nem sempre as avaliam de forma sistemática e suficientemente detalhada.

Com este trabalho pretende-se contribuir para o esclarecimento do papel das diferentes formas de violência prévia nas relações íntimas como fator de risco de femicídio, o que por sua vez permitirá o melhoramento das práticas de avaliação e intervenção junto de potenciais vítimas e agressores, auxiliando assim a prevenção deste tipo de criminalidade em Portugal.

A presente dissertação é composta por dois artigos científicos. O primeiro, de índole teórica, consiste numa revisão sistemática da literatura com o objetivo de identificar os estudos científicos que focaram as diferentes formas de violência nas relações íntimas antes do femicídio e sistematizar o conhecimento produzido e os principais resultados, procurando clarificar a relação entre a violência prévia e o risco de letalidade. O segundo artigo é um estudo empírico, de carácter retrospectivo e exploratório, que aproveita as conclusões do artigo precedente e que analisa 25 processos-crime de femicídio cometidos na Grande Lisboa, entre 2010 e 2015, com o objetivo de aprofundar o conhecimento científico sobre o femicídio e as diferentes formas de violência prévia em relações íntimas abusivas que culminaram com a morte da mulher. Por fim, a conclusão geral compreende uma avaliação global e análise crítica dos principais contributos e implicações teórico-práticas da dissertação e são apresentadas sugestões para desenvolvimento de estudos futuros.

Referências

- Almeida, I. (2012). *Avaliação de risco de femicídio: Poder e controlo nas dinâmicas das relações íntimas*. (Tese de doutoramento). Retirada de:
<http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/8894>
- Almeida, I. & Soeiro, C. (2010). Avaliação de risco de violência conjugal: Versão para Polícias (SARA: PV). *Análise Psicológica*, 1(XXVIII), 179-192.
- Baldry, A. C. (2003). “Stick and stones hurt my bones but his glance and words hurt more”: The impact of psychological abuse and physical violence by current and former partners on battered women in Italy. *International Journal of Forensic Mental Health*, 2(1), 47-57.
- Campbell, J. C., Webster, D., Koziol-McLain, J., Block, C., Campbell, D., Curry, M. A., . . . Laughon, K. (2003). Risk factors for femicide in abusive relationship: Results from a multisite case control study. *American Journal of Public Health*, 93, 1089-1097.
- Contreras, L. (2014). Factores de riesgo de homicidio de la mujer en la relación de pareja. *Universitas Psychologica*, 13(2), 681-692.
- Koziol-McLain, J., Webster, D., McFarlane, J., Block, C. R., Ulrich, Y., Glass, N., & Campbell, J. C. (2006). Risk factors for femicide-suicide in abusive relationships: Results from a multisite case control study. *Violence and Victims*, 21(1), 3-21.
- McFarlane, J., Campbell, J. C., & Watson, K. (2002). Intimate partner stalking and femicide: Urgent implications for women's safety. *Behavioral Sciences & the Law*, 20(1-2), 51-68.
- Moracco, K. E., Runyan, C. W., & Butts, J. D. (1998). Femicide in North Carolina, 1991-1993 A Statewide Study of Patterns and Precursors. *Homicide Studies*, 2(4), 422-446.

Pereira, A.R., Vieira, D.N. & Magalhães, T. (2013). Fatal intimate partner violence against women in Portugal: A forensic medical national study. *Journal of Forensic and Legal Medicine*, 20(8), 1099-1107.

Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI). (2016). *Violência doméstica – 2015: Relatório anual de monitorização*. Retirado em 08/01/2017 de: <http://www.sg.mai.gov.pt/Noticias/Documents/Rel%20VD%202015.pdf>

Sharps, P. W., Koziol-McLain, J., Campbell, J., McFarlane, J., Sachs, C., & Xu, X. (2001). Health care providers' missed opportunities for preventing femicide. *Preventive Medicine*, 33(5), 373-380.

Sistema de Segurança Interna (SSI). (2015). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)*. Gabinete do Secretário-Geral. Retirado em 06/04/2016 de: <http://www.portugal.gov.pt/media/18859123/20160331-rasi-2015.pdf>

União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR). (2015) *Observatório das Mulheres Assassinadas*. Retirado em 06/04/2016 de: http://www.umarfeminismos.org/images/stories/oma/2015/OMA_2015_Relat%C3%B3rio_Anuual_Final.pdf

Artigo 1

**Femicídio e Formas de Violência Prévia nas Relações Íntimas:
Uma Revisão Sistemática da Literatura**

Femicídio e Formas de Violência Prévia nas Relações Íntimas:

Uma Revisão Sistemática da Literatura

João P. Mata, Ana I. Sani, & Cristina B. Soeiro

Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal, Instituto Superior de Ciências da Saúde
Egas Moniz, Monte da Caparica, Portugal, & Escola de Polícia Judiciária, Loures, Portugal

Resumo

Este artigo consiste numa revisão sistemática da literatura sobre as várias formas de violência nas relações íntimas que culminam em situações de feticídio. A prevalência de violência oscila consideravelmente entre estudos (31% - 81%), reflexo de diferentes critérios de seleção das amostras e da utilização de metodologias de recolha de informação distintas. Formas específicas de violência como o estrangulamento não letal, ameaças de morte ou com armas, *stalking* ou comportamentos controladores também apresentam taxas de prevalência elevadas em determinados estudos. No geral, os estudos que recolheram informação com base na consulta processual apresentam menores taxas de prevalência de violência, comparativamente com os que conduziram entrevistas com *proxies* ou com os polícias que investigaram os casos.

Palavras-chave: feticídio, violência nas relações íntimas, formas de violência, fatores de risco.

Abstract

This article is a systematic review of the literature on the various forms of intimate partner violence that culminate in femicide. The prevalence of violence varies considerably across studies (31% - 81%), reflecting different criteria for sample selection and the use of distinct data collection methods. Specific forms of violence such as non-fatal strangulation, threats to kill or use weapons, stalking and controlling behaviors also present high prevalence rates in certain studies. Overall, the studies that collected data based on case file reviews present lower prevalence rates, compared to those involving interviews with proxies or the police officers who investigated such cases.

Keywords: femicide, intimate partner violence, forms of violence, risk factors.

Introdução

O homicídio é uma das causas mais relevantes de morte prematura. Segundo o United Nations Office on Drugs and Crime [UNODC], em 2012, quase meio milhão de pessoas (437.000), em todo o mundo, morreram vítimas de homicídio, a maioria (79%) do sexo masculino. Contudo, no contexto familiar ou de relações íntimas, as mulheres correm um risco significativamente maior de homicídio, representando cerca de 70% das vítimas (UNODC, 2013).

Stöckl e colaboradores (2013) avaliaram recentemente a dimensão do homicídio nas relações íntimas a nível internacional, sustentados em dados relativos a 66 países, extraídos de 118 estudos independentes e 53 relatórios oficiais, tendo estimado que 13.5% dos homicídios no geral foram cometidos por parceiro/as íntimos/as e 38.6% dos homicídios de mulheres foram cometidos por um parceiro íntimo. Segundo o UNODC (2013), a percentagem de mulheres vítimas de homicídio pelo seu parceiro, no ano de 2012, foi ainda mais elevada, constituindo cerca de 47% dos casos.

Em Portugal, o número de homicídios consumados no geral, bem como o de homicídios conjugais ou em relação análoga, apresentam um ligeiro decréscimo desde 2010 (Figura 1) (Direção-Geral da Política da Justiça, 2016; SSI, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015).

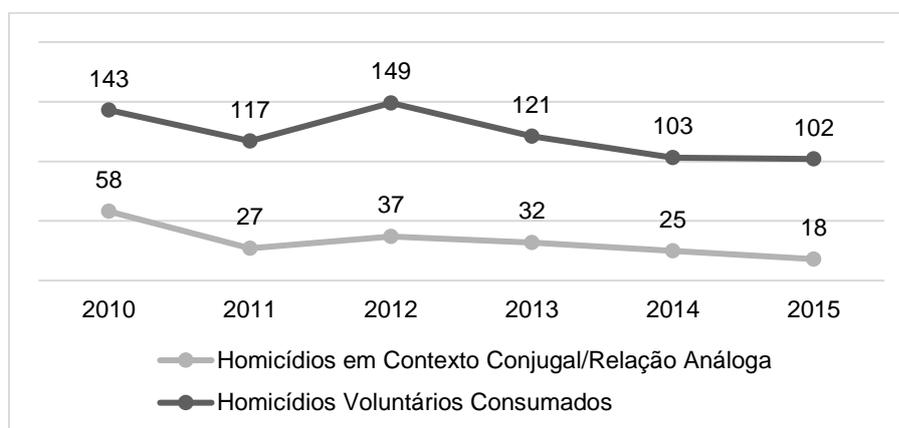


Figura 1. Vítimas de homicídio voluntário consumado e de homicídio em contexto conjugal/relação análoga, de 2010 a 2015, em Portugal (DGPJ; RASI)

Conforme os dados oficiais publicados no Relatório Anual de Segurança Interna [RASI], também a proporção de homicídios no contexto de relações íntimas tem diminuído desde 2010, ano em que representaram 41% dos homicídios em Portugal, sendo que em 2015 apenas 18% foram cometidos neste contexto (SSI, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015).

O Observatório de Mulheres Assassinadas, um relatório anual desenvolvido com base em dados noticiados na imprensa, refere que, do total de homicídios de mulheres registados entre 2004 e 2015, em Portugal, cerca de 85% foram cometidos em relações íntimas atuais ou passadas (UMAR, 2015), valor muito superior ao verificado nos estudos a nível mundial – 38.6% (Stöckl et al., 2013) ou 47% (UNODC, 2013). Neste sentido, Almeida (2012) esclarece que “em países onde os níveis de mortes violentas são reduzidos, como é o caso de Portugal, a grande maioria dos casos de mortes de mulheres verifica-se em contexto de relações íntimas” (p. 4).

Assim, e não obstante a criminalidade violenta e grave participada apresentar uma tendência decrescente nos últimos anos (SSI, 2015), podemos constatar que o homicídio no contexto de relações íntimas, cujas vítimas são sobretudo mulheres (SSI, 2014), continua a apresentar valores significativos em Portugal, merecendo por isso a nossa atenção.

No presente trabalho definimos femicídio como o homicídio de mulheres no contexto das relações íntimas, i.e., em que as vítimas mantêm ou já mantiveram um relacionamento íntimo com o agressor (e.g., Campbell et al., 2003; Koziol-McLain et al., 2006; McFarlane, Campbell, & Watson, 2002; Sharps et al., 2001).

Nas últimas décadas, a investigação científica sobre os fatores que explicam e permitem prever o femicídio identifica inúmeros fatores de risco importantes para o diagnóstico e intervenção neste contexto, tais como: os antecedentes criminais do agressor; a posse de armas, particularmente de fogo; a presença de psicopatologia e ideação suicida; a situação de desemprego; o abuso de substâncias; a existência de filhos de um relacionamento anterior; a

separação ou a solicitação desta por parte da vítima; o testemunho ou vitimação na infância do agressor e o histórico de violência nas relações íntimas, incluindo as ameaças de morte ou com armas, a existência de maus-tratos na gravidez e/ou de relações sexuais forçadas ou os comportamentos de *stalking* do agressor (Almeida, 2012; Bourget et al., 2010; Contreras, 2014; Kivisto, 2015; Miner, Shackelford, Block, Starratt, & Weekes-Shackelford, 2012).

No presente artigo incidiremos sobre as diferentes formas de violência nas relações íntimas prévias ao femicídio. No estudo de Campbell e colaboradores (2003), 70% das vítimas de femicídio já tinham sido fisicamente agredidas pelo seu parceiro íntimo antes de serem mortas, tendo os autores concluído que a violência física sobre a vítima constitui o principal fator de risco de femicídio. No entanto, como veremos adiante, não existe um verdadeiro consenso na literatura sobre o femicídio quanto à prevalência das várias formas de violência que antecedem a morte da mulher.

Para analisarmos este fenómeno importa primeiramente definir o conceito e identificar as diversas formas de violência nas relações íntimas. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2002), a violência em relações de intimidade consiste num qualquer comportamento no seio de uma relação íntima que cause dano físico, psicológico ou sexual nos membros dessa relação. Segundo vários autores, esse comportamento pode ser um ato de:

- Violência física – leve ou moderada como empurrões, bofetadas ou agarrar num braço, até uma violência física mais grave ou séria que envolve murros, pontapés, espancamentos e agressões com armas (Campbell, Webster, & Glass, 2009; Elliott & Johnson, 1995; Kronbauer & Meneghel, 2005; Marshall, 1992);
- Violência psicológica/emocional – como insultos ou injúrias, humilhações, intimidações, ameaças com armas, ameaças de suicídio ou de morte ou ameaças a pessoas próximas (Elliott & Johnson, 1995; Marshall, 1992; WHO, 2002);

- Violência sexual que envolve relações sexuais forçadas e outras formas de coerção sexual (Marshall, 1992; WHO, 2002);
- *Stalking*, caracterizado por comportamentos indesejados de assédio pelo parceiro íntimo e que causem medo na vítima, tais como: perseguir ou espiar, ficar à espera da vítima à porta de casa, escola ou local de trabalho, vandalizar a propriedade ou destruir algum objeto importante, deixar objetos indesejados para a vítima encontrar (Basile, Arias, Desai, & Thompson, 2004; Tjaden & Thoennes, 2000);
- Comportamentos controladores – como isolar uma pessoa dos familiares ou amigos, impor limites físicos e controlar com quem se pode contactar e quando, restringir o acesso à informação e apoio ou limitar o acesso ao dinheiro (Elliott & Johnson, 1995; WHO, 2002).

Malgrado vários estudos classificarem a história de violência nas relações íntimas como um dos principais fatores de risco de femicídio (e.g., Campbell et al., 2003; Campbell, Glass, Sharps, Laughon, & Bloom, 2007; McFarlane et al. 2002), Kivisto (2015), a partir de uma revisão de literatura sobre femicidas, concluiu que as estimativas observadas de violência prévia ao homicídio variam bastante entre estudos, de aproximadamente 22% a 77%. Conforme o autor, as diferentes metodologias de recolha de informação, o contexto onde os agressores se encontravam no momento da avaliação ou a própria operacionalização da violência podem estar na raiz desta variabilidade.

Também Nicolaidis e colaboradores (2003), apesar de terem verificado que 67% das vítimas da sua amostra apresentava um histórico de abuso físico ou sexual repetido, relataram que a gravidade e a frequência dos abusos variavam drasticamente entre casos, desde empurrões ou bofetadas ocasionais a agressões com lesões frequentes ou potencialmente fatais. Nesse sentido, Dixon, Hamilton-Giachritsis e Browne (2008), após constatarem que nem todos os femicidas no seu estudo exerceram violência sobre a parceira antes do homicídio, sublinham a

importância de explorar aprofundadamente a relação entre a gravidade da violência conjugal e a letalidade.

Acresce ainda salientar que alguns estudos identificam a presença de violência prévia nas relações íntimas apenas de forma genérica (e.g., Dobash, Dobash, Cavanagh, & Lewis, 2004), enquanto outros mencionam formas específicas de violência como a violência física (e.g., Campbell et al., 2003), as ameaças de morte por parte do agressor (e.g., Echeburúa, Fernández-Montalvo, & Corral, 2008) ou o *stalking* (e.g., McFarlane et al., 2002) o que, por si só, pode estar na origem de comparações ambíguas e pouco claras entre estudos no que respeita às estimativas de prevalência e à relevância da violência prévia nas relações íntimas como fator de risco de femicídio.

Em suma, a pertinência do estudo é justificada: 1) pelo impacto familiar e social da violência sobre as mulheres e, mais especificamente, do femicídio; 2) pela necessidade de explorar a disparidade entre as estimativas da prevalência de violência prévia ao femicídio relatadas em diferentes estudos, assim como as diferenças no nível de gravidade dessa violência, e 3) pela inexistência de investigação científica sistematizada sobre as várias formas de violência nas relações íntimas que culminam em femicídio.

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo identificar os estudos científicos que focaram as diferentes formas de violência nas relações íntimas antes do femicídio e sistematizar o conhecimento produzido e os principais resultados, procurando esclarecer a relação entre a violência prévia nas relações íntimas e o risco de letalidade. Para tal, procedemos a uma revisão sistemática da literatura, tendo como questão de investigação: “O que informa a literatura sobre as diferentes formas de violência do agressor sobre a vítima antes do femicídio?”.

Em última análise, pretendemos com este trabalho contribuir para o esclarecimento do papel das diferentes formas de violência prévia nas relações íntimas como fator de risco de

femicídio, tanto na comunidade científica como nos profissionais que intervêm junto das vítimas e agressores, nomeadamente através do aperfeiçoamento das práticas de avaliação de risco de violência letal e, conseqüentemente, contribuir para a prevenção deste crime especialmente violento.

Metodologia

Procedimentos de Pesquisa

A pesquisa foi efetuada em março de 2016 nas bases de dados eletrônicas *MEDLINE*, *ScienceDirect*, *Scopus* e *Web of Science (Main Collection)*, utilizando-se a combinação de palavras-chave: (*femicide* OR “*intimate partner homicide*” OR “*spousal homicide*” OR “*intimate partner murder*”) AND (“*domestic violence*” OR “*intimate partner violence*” OR “*physical violence*” OR “*sexual assault*” OR “*forced sex*” OR “*threats*” OR “*stalking*” OR “*pregnancy abuse*”).

Para além da pesquisa nas bases de dados eletrônicas, acrescentam ainda resultados obtidos através de *snowballing*, isto é, mediante a consulta dos estudos citados nos artigos consultados, por se entender que esses trabalhos cumprem com os critérios de inclusão e contêm informação relevante para o esclarecimento da questão de investigação.

Critérios de Inclusão e de Exclusão

Para orientar a seleção de estudos a incluir na revisão, foram definidos os seguintes critérios de inclusão e de exclusão:

Critérios de inclusão: (a) estudos realizados nos últimos 20 anos (1996-2016); (b) estudos escritos em inglês, português ou espanhol; (c) estudos com amostras constituídas apenas por mulheres vítimas, apenas por homens agressores ou com amostras mistas, desde que a violência nas relações íntimas anterior ao femicídio tenha sido analisada; (d) estudos com

pessoas próximas (*proxies*) das mulheres vítimas de femicídio pelo parceiro; (e) estudos retrospectivos ou longitudinais; (f) estudos quantitativos, qualitativos ou estudos mistos; (g) estudos que focaram as diferentes formas de violência (física, psicológica/emocional, sexual, *stalking* e comportamentos controladores) do homem sobre a mulher antes do femicídio e (h) teses de doutoramento não publicadas, trabalhos de revisão de literatura, de discussão teórica ou relatórios oficiais que analisaram o histórico de violência do homem sobre a mulher prévia ao femicídio.

Critérios de exclusão: (a) estudos não escritos em inglês, português ou espanhol; (b) estudos que não referiram as formas de violência do agressor sobre a vítima antes do femicídio e (c) estudos que não analisaram os casos de femicídio (cometido por um parceiro íntimo atual ou passado) separadamente das tentativas de femicídio ou de outros tipos de homicídio.

Seleção dos Artigos

A partir da pesquisa nas bases de dados eletrônicas obteve-se 632 resultados (324 na *ScienceDirect*, 173 na *Web of Science*, 68 na *Scopus* e 67 na *MEDLINE*) e foram identificados quatro artigos através de outras fontes (*snowballing*). Considerando os critérios de inclusão e de exclusão previamente definidos, o processo de seleção dos artigos decorreu em duas etapas (Figura 2).

Etapa 1. Inicialmente foram eliminados os resultados repetidos, excluindo-se 131 resultados. De seguida, com base na leitura dos títulos e/ou dos resumos, e considerando os critérios de inclusão e de exclusão, foram excluídos 454 resultados. Desta seleção resultaram, assim, 51 artigos.

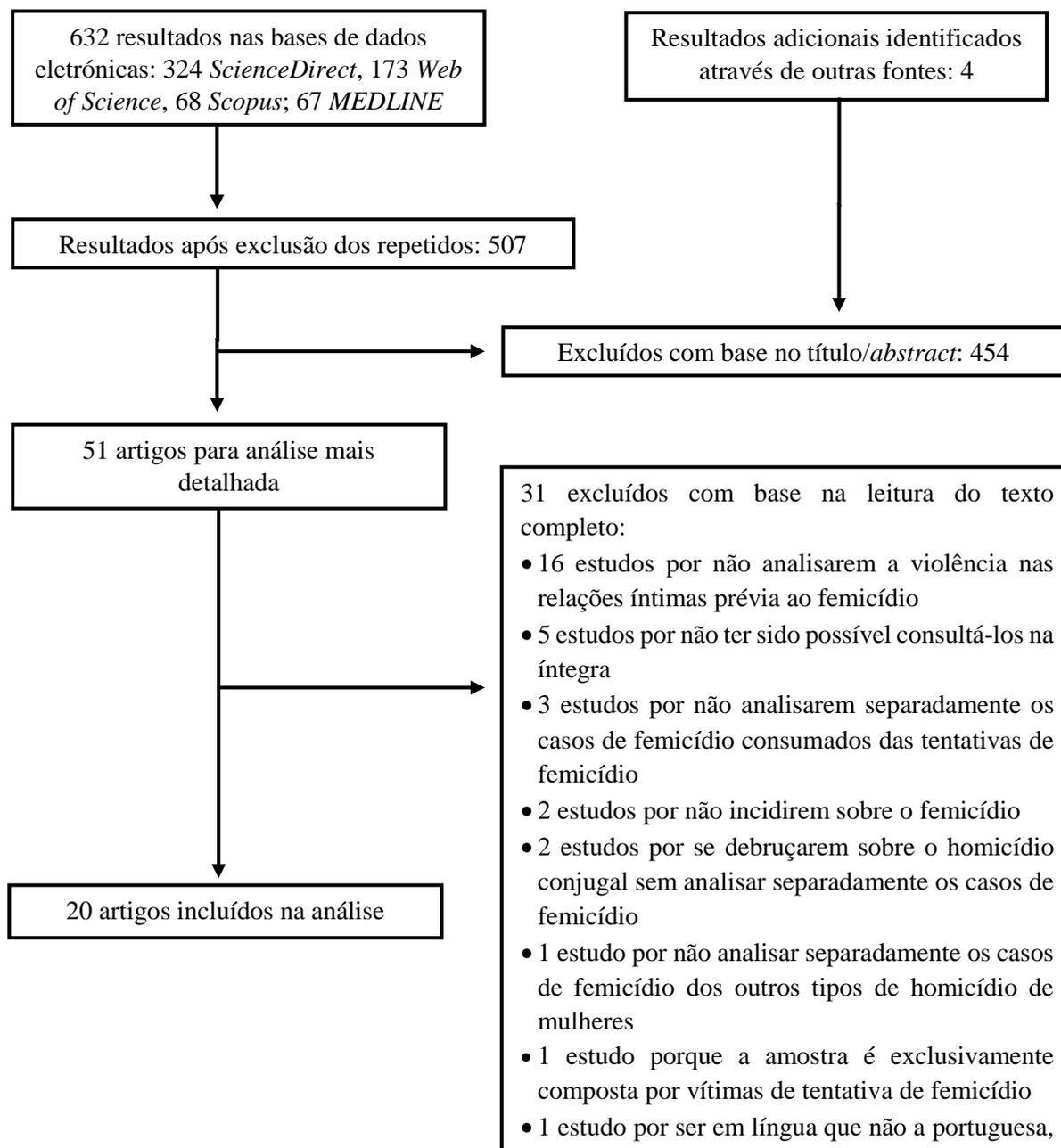
Etapa 2. Na segunda etapa procedeu-se à leitura integral e à análise detalhada dos 51 artigos resultantes da etapa anterior. A partir desta análise foram excluídos 31 artigos que não preenchiam os critérios de inclusão: 16 estudos por não analisarem a violência nas relações

íntimas prévia ao femicídio; cinco por não ter sido possível consultá-los na íntegra, tendo sido esgotadas todas as tentativas para aceder aos mesmos; três por não analisarem separadamente os casos de femicídio consumados das tentativas de femicídio; dois por não incidirem sobre o femicídio; dois por se debruçarem sobre o homicídio conjugal sem analisar separadamente os casos de femicídio; um por não analisar separadamente os casos de femicídio dos outros tipos de homicídio de mulheres; um porque a amostra é exclusivamente composta por vítimas de tentativa de femicídio e, por fim, um por ser em língua que não a portuguesa, inglesa ou espanhola.

Desta segunda etapa de seleção resultaram 20 artigos para análise no presente trabalho. Importa, finalmente, referir que a seleção dos estudos foi realizada a partir da leitura e análise independente de dois investigadores.

Figura 2.

Fluxograma



Resultados

Apresentam-se de seguida os resultados da análise detalhada dos 20 trabalhos selecionados (Tabela 1), durante a qual se procedeu à extração dos dados mais relevantes de

cada estudo, tendo em consideração o tipo de publicação: estudo empírico ($n = 17$) e revisão de literatura ($n = 3$).

Relativamente aos estudos empíricos, foi selecionada a informação sobre o(s) autor(es), ano de publicação, país onde o estudo foi realizado, *design* do estudo, descrição da amostra/participantes, instrumentos de avaliação, dados de prevalência das formas de violência identificadas e principais resultados/conclusões. Relativamente às três revisões de literatura (Campbell et al., 2007; Contreras, 2014, Kivisto, 2015), foram recolhidos dados referentes ao(s) autor(es), ano de publicação e principais conclusões.

Tabela 1

Características dos resultados incluídos na análise (N=20)

Autor(es) e Ano	Tipo de Estudo	Amostra	Metodologia e Instrumentos	Prevalência das Formas de Violência Prévia
Abrahams, Jewkes, Martin, Mathews, Vetten, & Lombard (2009)	Estudo empírico - Quantitativo	365 femicídios, a partir de 1052 homicídios de mulheres, na África do Sul	Análise documental e entrevistas com polícias encarregues pela investigação	Violência nas relações íntimas (não especificada) – 31.6% Mulheres grávidas aquando do femicídio – 2.4%
Abrahams, Mathews, Martin, Lombard, & Jewkes (2013)	Estudo empírico - Quantitativo	Um número estimado (indeterminado) de femicídios, a partir de 930 homicídios de mulheres, na África do Sul	Análise documental e entrevistas com polícias encarregues pela investigação	Violência nas relações íntimas (não especificada) – 33% Mulheres grávidas aquando do femicídio – 3.6%
Almeida (2012)	Estudo empírico - Quantitativo	125 casos de femicídio, em Portugal	Análise documental e entrevistas com polícias encarregues pela investigação.	Violência nas relações íntimas (não especificada) – 49.6% Ameaças de morte – 49.6%
Campbell, Webster, Koziol-McLain, Block, Campbell, Curry, . . . Laughon, (2003)	Estudo empírico - Quantitativo	220 casos de femicídio (com abuso prévio pelo agressor) e 343 mulheres vítimas de abuso, nos EUA	Medidas de heteroavaliação (entrevistas) com <i>proxies</i> das vítimas de femicídio. Instrumento avaliação risco: Danger Assesment (DA)	Aumento na frequência da violência - 59.9% Aumento na gravidade da violência – 64.4% Violência física - 70% (inclui casos sem abuso prévio do agressor) Estrangulamento não letal – 56.4% Maus-tratos durante a gravidez – 25.8% Injúrias do parceiro para rebaixar a vítima – 77.8% Ameaças de morte – 73.6% Ameaças com armas – 55.3% Ameaças de morte a familiares – 33.8% Ameaçar magoar as crianças – 18.5% Violência sexual – 57.1% Comportamentos controladores – 65.9% <i>Stalking</i> – 21.4%

FEMICÍDIO E FORMAS DE VIOLÊNCIA PRÉVIA NAS RELAÇÕES ÍNTIMAS

Campbell, Glass, Sharps, Laughon, & Bloom (2007)	Revisão de literatura	35 estudos científicos	Revisão da literatura sobre homicídio em relações íntimas durante os últimos 10 anos	Violência nas relações íntimas (não especificada) – 67 a 75% - Considerado o principal fator de risco de femicídio. - O <i>stalking</i> pelo parceiro íntimo pode ser um fator de risco de homicídio conjugal ainda mais comum do que a violência nas relações íntimas, e são quase exclusivamente as mulheres a sofrer esta forma de violência. Mulheres grávidas aquando do femicídio – 4.2% (Campbell et al., 2003, citados por Campbell et al., 2007)
Contreras (2014)	Revisão de literatura	17 estudos científicos	Revisão de literatura publicada entre 2000 e 2011	- Em alguns estudos (e.g., Dobash, Dobash, Cavanagh, & Medina-Ariza., 2007) existe uma percentagem significativa de casos onde não se verifica uma progressão ou escalada de violência que permita antecipar o resultado letal. - Identifica várias formas de violência nas relações íntimas como fatores de risco de femicídio: violência física grave, estrangulamento, uso de armas, <i>stalking</i> , agressão sexual, ameaças, comportamentos controladores e maus-tratos na gravidez.
Dobash, Dobash, Cavanagh, & Lewis (2004)	Estudo empírico - Quantitativo	106 homens feticidas e 424 homens que cometeram homicídio contra outro homem, no Reino Unido	Entrevistas com os agressores durante a sua reclusão e análise documental	Violência nas relações íntimas (não especificada) – 59.6%
Dutton & Kerry (1999)	Estudo empírico - Quantitativo	90 homens presos por femicídio, no Canadá	Entrevistas com os agressores durante a sua reclusão e análise documental. Instrumento avaliação da personalidade: MCMI-II	Violência nas relações íntimas (não especificada) – 60%
Eke, Hilton, Harris, Rice, & Houghton (2011)	Estudo empírico - Quantitativo	91 casos de femicídio e 55 casos de tentativa de femicídio, no Canadá	Análise documental. Instrumento avaliação risco: ODARA	Violência física – 43%
Glass, Laughon, Campbell, Block, Hanson, Sharps, & Taliaferro (2008)	Estudo empírico - Quantitativo	310 femicídios, 194 tentativas de femicídio e 427 mulheres agredidas fisicamente ou ameaçadas com arma pelo atual ou ex-parceiro íntimo, nos EUA	Medidas de heteroavaliação (entrevistas) com <i>proxies</i> das vítimas de femicídio. Instrumento avaliação risco: Danger Assesment (DA)	Estrangulamento não letal – 43%
Glass, Laughon, Rutto, Bevacqua, & Campbell (2008)	Estudo empírico - Quantitativo	<i>Proxies</i> de 23 vítimas de femicídio com idades entre os 18 e os 20 anos, e 53 mulheres agredidas fisicamente ou ameaçadas com uma arma por um parceiro íntimo, nos EUA	Medidas de heteroavaliação (entrevistas) com <i>proxies</i> das vítimas de femicídio. Instrumento avaliação risco: Danger Assesment (DA)	Estrangulamento não letal - 35% Maus-tratos durante a gravidez - 22% Ameaças com armas - 30% Ameaças de morte - 69% Comportamentos controladores - 81%

FEMICÍDIO E FORMAS DE VIOLÊNCIA PRÉVIA NAS RELAÇÕES ÍNTIMAS

Goussinsky, & Yassour-Borochowitz (2012)	Estudo empírico - Qualitativo	18 homens que foram violentos fisicamente contra a sua parceira e 18 homens condenados por homicídio ou tentativa de homicídio da sua parceira, em Israel	Entrevistas semiestruturadas baseadas num guia de entrevista com assuntos chave (com questões chave, exploratórias e de <i>follow-up</i>)	- A maioria dos homicídios ocorreram no contexto em que a mulher se tenta separar e terminar a relação, enquanto a violência física tipicamente ocorre em situações em que o sentimento de controlo do homem sobre a mulher foi afetado/prejudicado. - A violência letal não pode ser entendida como uma perda de controlo temporária, mas sim o culminar de um processo em que a ideia do assassinato e a preparação psicológica para o ato se foi amadurecendo. - Alguns dos homicídios não foram precedidos por violência física e a maioria dos casos de femicídio não foram espontâneos, mas intencionais e premeditados.
Kivisto (2015)	Revisão de literatura	Estudos científicos	Revisão da literatura científica existente sobre femicidas	- As estimativas observadas de violência doméstica prévia ao homicídio variam bastante entre estudos, de aproximadamente 22% a 77%. - Conforme o autor, as diferentes metodologias de recolha de informação, o contexto onde os agressores se encontravam no momento da avaliação ou a própria operacionalização da violência podem estar na raiz desta variabilidade. - Destaque para um tipo distinto de femicida, diferenciado pela ausência de violência sobre a parceira antes do homicídio. Para estes indivíduos, o homicídio parece surgir “fora do seu caráter”.
Koziol-McLain, Webster, McFarlane, Block, Ulrich, Glass, & Campbell (2006)	Estudo empírico - Quantitativo	67 casos de femicídio seguido de suicídio (com abuso prévio do agressor), nos EUA	Medidas de heteroavaliação (entrevistas) com <i>proxies</i> das vítimas de femicídio. Instrumento avaliação risco: Danger Assesment (DA)	Aumento na frequência da violência – 59.3% Aumento na gravidade da violência – 56.4% Violência física - 72% Estrangulamento não letal - 52% Maus-tratos durante a gravidez – 13.8% Ameaças de suicídio - 51% Injúrias – 74.6% Ameaças de morte – 78.3% Ameaças com armas – 55.6% Ameaças de morte a familiares – 33.3% Ameaçar magoar as crianças – 19.7% Violência sexual – 56.9% Comportamentos controladores – 68.7% <i>Stalking</i> – 23.9%
McFarlane, Campbell, Wilt, Sachs, Ulrich, & Xu (1999)	Estudo empírico - Quantitativo	208 mulheres, 141 vítimas de femicídio e 65 de tentativa de femicídio, nos EUA	Medidas de heteroavaliação (entrevistas) com <i>proxies</i> das vítimas de femicídio. Instrumentos avaliação de <i>stalking</i> : NVAW e HARASS	Violência física – 67% <i>Stalking</i> – 76% – O comportamento de <i>stalking</i> mais relatado foi “ser seguida ou espiada”. Outros comportamentos relatados por quase metade das mulheres foi o agressor “ficar sentado no carro perto da sua casa ou local de trabalho” e “receber chamadas telefónicas indesejadas”. Violência física + <i>stalking</i> - Entre os <i>proxies</i> que relataram existência de abuso físico pelo agressor, 89% também relatou <i>stalking</i> .
McFarlane, Campbell, Sharps, & Watson (2002)	Estudo empírico - Quantitativo	Grupo experimental: 263 casos de femicídio, 174 de tentativa de femicídio. Grupo controlo: 384 mulheres agredidas/maltratadas. Nos EUA	Medidas de heteroavaliação (entrevistas) com <i>proxies</i> das vítimas de femicídio. Instrumento avaliação risco: Danger Assesment (DA)	Maus-tratos durante a gravidez – 23% Mulheres grávidas aquando do femicídio – 5% - As mulheres que relatam maus-tratos durante a gravidez têm uma probabilidade 3x maior de serem vítimas de femicídio.

FEMICÍDIO E FORMAS DE VIOLÊNCIA PRÉVIA NAS RELAÇÕES ÍNTIMAS

Moracco, Runyan, & Butts, (1998)	Estudo empírico - Quantitativo	586 mulheres vítimas de homicídio, das quais 293 foram mortas por um parceiro íntimo, atual ou passado (femicídios), nos EUA	Análise documental e entrevistas com polícias encarregues pela investigação	Violência física – 76.5% Ameaças (não especificadas) – 83.4% <i>Stalking</i> – 23.4%
Moreschi, Da Broi, Zamai, & Palese, (2016)	Estudo empírico - Quantitativo	34 homicídios de mulheres, dos quais 18 foram femicídios, em Itália	Análise documental	Violência física + Ameaças – 38.9% <i>Stalking</i> – 16.7% Maus-tratos durante a gravidez – 11.1% Violência sexual – 11.1%
Pereira, Vieira, & Magalhães (2013)	Estudo empírico - Quantitativo	62 casos de femicídio, em Portugal	Análise documental	Violência nas relações íntimas (não especificada) – 47%
Sharps, Koziol-McLain, Campbell, McFarlane, Sachs, & Xu (2001)	Estudo empírico - Quantitativo	311 <i>proxies</i> de vítimas de femicídio, nos EUA	Medidas de heteroavaliação (entrevistas) com <i>proxies</i> das vítimas de femicídio. Instrumentos avaliação de <i>stalking</i> : NVAW e HARASS	Violência nas relações íntimas (não especificada) – 81% Violência física – 65.7% <i>Stalking</i> – 72.3%

Estudos Empíricos

Dos 17 estudos empíricos analisados sobre o femicídio, oito foram desenvolvidos nos Estados Unidos da América, dois em Portugal, dois na África do Sul, dois no Canadá, um no Reino Unido, um em Itália e um em Israel. Exceto o estudo de Goussinsky e Yassour-Borochowitz (2012), de natureza qualitativa, tratam-se de estudos quantitativos que procuraram descrever o fenómeno, especificando os fatores de risco e caracterizando os agressores e vítimas de femicídio.

Design dos estudos. Todos os estudos empíricos adotaram um *design* descritivo, transversal e retrospectivo, i.e., a recolha de dados foi realizada num único momento e sobre eventos que ocorreram no passado.

Caracterização das amostras. No que se refere à constituição das amostras dos estudos quantitativos, ao nível do género, nove apresentaram amostras mistas (com dados sobre os agressores e as vítimas), quatro apenas com mulheres e três utilizaram amostras exclusivamente

com homens (Dobash et al., 2004; Dutton & Kerry, 1999; Eke, Hilton, Harris, Rice, & Houghton, 2011).

No que respeita à dimensão das amostras dos estudos, o número de casos de femicídio variou entre 18 (Moreschi, Da Broi, Zamaï, & Palese, 2016) e 365 (Abrahams et al., 2009).

Observou-se igualmente uma elevada variabilidade ao nível das faixas etárias abrangidas, havendo estudos com mulheres desde os 14 anos (Abrahams et al., 2009), um que incluía, por exemplo, apenas mulheres entre os 18 e os 20 anos (Glass, Laughon, Rutto, Bevacqua, & Campbell, 2008) e outro que incluía mulheres com idades entre os 15 e os 90 anos (Moracco, Runyan, & Butts, 1998).

Em todos os estudos empíricos analisados, a média de idades das vítimas ($M = 34.7$) era inferior à dos agressores ($M = 39.6$). Parece-nos também relevante salientar que nos dois estudos portugueses analisados (Almeida, 2012; Pereira, Vieira, & Magalhães, 2013) a média de idades das vítimas era de 43 anos, denotando uma diferença entre a idade das vítimas de femicídio identificadas nos estudos realizados em Portugal e nos EUA (e.g., Campbell et al., 2003), Reino Unido (Dobash et al., 2004), Canadá (e.g., Eke et al., 2011) ou na África do Sul (e.g., Abrahams, Mathews, Martin, Lombard, & Jewkes, 2013).

A amostra do único estudo qualitativo, de Goussinsky e Yassour-Borochowitz (2012), era constituída por 18 homens que tinham sido fisicamente violentos com a parceira íntima e 18 homens condenados por femicídio.

Quanto à raça dos participantes podemos observar alguma variabilidade entre estudos. Por exemplo, num dos estudos realizados na África do Sul (Abrahams et al., 2009) verificou-se uma percentagem alta (75%) de vítimas e agressores de raça negra, o que não é surpreendente tendo em conta que cerca de 80% da população é negra (Statistics South Africa, 2016). Pelo contrário, num dos estudos realizados em Portugal (Almeida, 2012) a amostra era constituída maioritariamente por vítimas e agressores da raça caucasiana (85%). Já nos estudos realizados

nos EUA (e.g., Campbell et al., 2003; Sharps et al., 2001), a percentagem média de vítimas e agressores de raça negra (43%) é bastante superior à proporção de indivíduos de raça negra na população em geral – 13% (U.S. Census Bureau, 2011).

Processo de amostragem. Todos os estudos empíricos utilizaram uma amostra de conveniência (*proxies* colaborantes, registos judiciais acessíveis ou agressores em reclusão), exceto o estudo de Campbell e colaboradores (2003), o qual utilizou uma amostra estratificada de onze cidades nos EUA para que as cidades com mais femicídios por ano incluíssem o maior número de casos, e dois outros estudos (Abrahams et al., 2009; Abrahams et al., 2013) que estratificaram a amostra com base no número de autópsias realizadas pelas várias morgues da África do Sul.

Metodologias de recolha de informação. No que respeita à metodologia de recolha de informação, sete estudos (Abrahams et al., 2009; Abrahams et al., 2013; Almeida, 2012; Eke et al., 2011; Moracco et al., 1998; Moreschi et al., 2016; Pereira et al., 2013) recorreram à análise documental, designadamente à consulta dos processos judiciais, registos de óbito e relatórios das autópsias e, em quatro desses estudos (Abrahams et al., 2009; Abrahams et al., 2013; Almeida, 2012; Moracco et al., 1998), essa informação foi complementada por entrevistas com os polícias encarregados pela investigação dos casos de femicídio. Almeida (2012) utilizou uma grelha de análise de informação elaborado a partir da revisão de literatura para sistematizar a recolha de informação obtida através da análise processual (*Questionário para Investigação do Agressor Violento – Versão para o Crime de Homicídio – QIPAV-H*).

Sete estudos (Campbell et al., 2003; Glass, Laughon, Campbell, et al., 2008; Glass, Laughon, Rutto, et al., 2008; Koziol-McLain et al., 2006; McFarlane et al., 1999; McFarlane, Campbell, Sharps, & Watson, 2002; Sharps et al., 2001) utilizaram medidas de heteroavaliação com *proxies* das vítimas de femicídio, tais como familiares, amigos ou conhecidos próximos. Nestes estudos, os *proxies* foram inicialmente contactados por carta, a explicar o estudo e a

convidá-los a participarem e, posteriormente, as entrevistas foram conduzidas pessoalmente ou por telefone.

Dois outros estudos (Dobash et al., 2004; Dutton & Kerry, 1999) realizaram entrevistas com os agressores durante a sua reclusão, para além da consulta dos registos judiciais. No estudo qualitativo (Goussinsky & Yassour-Borochowitz, 2012) foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com os agressores, baseadas num guião de entrevista com assuntos chave (com questões chave, exploratórias e de *follow-up*).

Instrumentos utilizados. Observou-se alguma variabilidade nos instrumentos usados. Assim, seis estudos recorreram a instrumentos de avaliação de risco de femicídio, dos quais cinco (Campbell et al., 2003; Glass, Laughon, Rutto, et al., 2008; Glass, Laughon, Campbell, et al., 2008; Koziol-McLain et al., 2006; McFarlane, Campbell, et al., 2002) utilizaram o *Danger Assessment* (DA), para sistematizar a recolha de informação obtida através das entrevistas com os *proxies* e para avaliar os fatores de risco experienciados pelas vítimas durante o ano que antecedeu o femicídio (Glass, Laughon, Rutto, et al., 2008), e no estudo de Eke e colaboradores (2011) aplicaram o *Ontario Domestic Assault Risk Assessment* (ODARA), com o objetivo de avaliar o risco de femicídio através das características dos agressores.

Dois estudos (McFarlane et al., 1999; Sharps et al., 2001) utilizaram itens de dois instrumentos, designadamente o *National Violence Against Women* (NVAW) e o *Sheridan HARASS*, para determinar os comportamentos de *stalking* dos agressores sobre as vítimas.

E, por último, Dutton e Kerry (1999) aplicaram um instrumento de avaliação da personalidade, designadamente o *Millon Clinical Multiaxial Inventory* (MCMI-II), instrumento desenvolvido para assistir psicólogos e psiquiatras na avaliação e tratamento de indivíduos com problemas interpessoais e emocionais e que, neste estudo, foi utilizado para determinar a presença de perturbações de personalidade nos femicidas da amostra.

Histórico de Violência nas Relações Íntimas Prévia ao Femicídio

Todos os estudos empíricos incluídos procuraram aprofundar o conhecimento científico sobre o femicídio, através de fontes de informação e instrumentos distintos, e com amostras constituídas por populações das mais diversas faixas etárias e de origens variadas. A grande maioria tinha como objetivo descrever as características dos agressores e das vítimas de femicídio (e.g., Almeida, 2012; Pereira et al., 2013) e esclarecer as circunstâncias em que o crime foi cometido (e.g., Dobash et al., 2004; Moreschi et al., 2016). Outros estudos indagaram sobre as motivações subjacentes à violência letal (e.g., Goussinsky & Yassour-Borochowitz, 2012), o femicídio entre jovens adultos (Glass, Laughon, Rutto, et al., 2008) ou o fenómeno do femicídio seguido de suicídio (Koziol-McLain et al., 2006). O denominador comum entre todos os estudos é a referência, de forma mais ou menos direta, ao histórico de violência nas relações íntimas antes do femicídio (e.g., Abrahams et al., 2009; Campbell et al., 2003), sendo que alguns estudos recaíram sobre algumas formas de violência em particular, como o estrangulamento prévio (Glass, Laughon, Campbell, et al., 2008), o *stalking* (McFarlane et al., 1999) ou os maus-tratos na gravidez (McFarlane, Campbell, et al., 2002).

As revisões de literatura analisadas procuraram apresentar e criticar os estudos que exploram os fatores de risco de homicídio nas relações íntimas (Campbell et al., 2007), e especificamente de femicídio (Contreras, 2014), assim como as características demográficas, psiquiátricas, situacionais e motivacionais usualmente identificadas na literatura (Kivisto, 2015).

Como vimos anteriormente, é possível distinguir diversas formas de violência: física, psicológica/emocional, sexual, *stalking* ou comportamentos controladores. É importante esclarecer que nem todos os estudos, ao mencionarem o histórico de violência nas relações íntimas, se estavam a referir às mesmas formas de violência e, por essa razão, é suscetível que se efetuem comparações erróneas entre estudos, no que respeita à prevalência deste fator de

risco. Assim, iremos analisar a prevalência de cada forma de violência e discutir os principais resultados dos estudos empíricos incluídos nesta revisão, complementando com as conclusões das revisões de literatura analisadas.

Violência nas relações íntimas (não especificada). Aquando da averiguação da existência de violência nas relações íntimas prévia ao femicídio, alguns estudos (e.g., Abrahams et al., 2013; Pereira et al., 2013) optaram por procurar por violência nas relações íntimas no geral, isto é, sem distinguir e especificar quais as várias formas de violência presentes em cada caso, procurando apenas identificar se o agressor já tinha exercido algum tipo de violência sobre a vítima. Desta forma, a prevalência de violência nas relações íntimas, no geral, registada entre estudos varia consideravelmente, entre 31.6% (Abrahams et al., 2009) e 81% (Sharps et al., 2001) (cf. Tabela 2). O valor elevado assinalado por Sharps e colaboradores (2001) engloba incidentes de violência física, bem como comportamentos de *stalking* e de assédio sobre a vítima. Por fim, no que diz respeito à violência nas relações íntimas no geral, é importante destacar que os estudos com menores taxas de prevalência são aqueles que recorreram à consulta processual para a recolha de dados (Abrahams et al., 2009, 2013; Almeida, 2012; Moreschi et al., 2016; Pereira et al., 2013).

Tabela 2

Taxas de prevalência de violência nas relações íntimas (não especificada)

Autor(es) e data	Taxa de prevalência de violência nas relações íntimas (não especificada)
Abrahams et al., 2009	31.6%
Abrahams et al., 2013	33%
Moreschi et al., 2016	38.9%
Pereira et al., 2013	47%
Almeida, 2012	49.6%
Dobash et al., 2004	59.6%
Dutton & Kerry, 1999	60%
Sharps et al., 2001	81%

Na revisão de literatura de Kivisto (2015), o autor chama a atenção para um tipo distinto de feticida, diferenciado pela ausência de violência sobre a parceira antes do homicídio e para quem o homicídio parece surgir “fora do seu caráter”. No mesmo sentido, Contreras (2014) nota que existe uma percentagem significativa de casos onde não se verifica uma progressão ou escalada de violência que permita antecipar o resultado letal.

Violência física. Outros estudos referem especificamente a prevalência de violência física, a qual se situa entre os 43% (Eke et al., 2011) e os 76.5% (Moracco et al., 1998), constatando-se também aqui uma variabilidade significativa (cf. Tabela 3). Porém, parece-nos relevante assinalar que o estudo com menor taxa de prevalência de violência física (Eke et al., 2011) recorreu apenas à consulta dos registos policiais, enquanto os outros conduziram entrevistas com *proxies* das vítimas (e.g., McFarlane et al., 1999; Koziol-McLain et al., 2006) ou com os polícias responsáveis pela investigação dos casos (Moracco et al., 1998), razão pelo qual, possivelmente, obtiveram informação mais detalhada sobre o histórico de violência e, por isso, apresentam taxas de prevalência superiores. Dois destes estudos (Campbell et al., 2003; Koziol-McLain et al., 2006) mencionaram que em mais de metade dos casos foi possível verificar um aumento na frequência (59.9% e 59.3%) e na gravidade (64.4% e 56.4%, respetivamente) da violência nas relações íntimas, o que, segundo os autores, é uma característica própria da violência no contexto da intimidade e que está associada a um risco acrescido de feticídio.

Tabela 3

Taxas de prevalência de violência física

Autor(es) e data	Taxa de prevalência de violência física
Eke et al., 2011	43%
Sharps et al., 2001	65.7%
McFarlane et al., 1999	67%
Campbell et al., 2003	70%
Koziol-McLain et al., 2006	72%
Moracco et al., 1998	76.5%

O único estudo empírico qualitativo analisado nesta revisão (Goussinsky & Yassour-Borochowitz, 2012) teve como objetivos examinar a motivação subjacente à violência letal e não letal e estudar o papel da violência física na relação, comparando o relato de homens que foram violentos contra as parceiras (homens abusivos) e feticidas. Assim, segundo os autores, a utilização de violência física por parte dos homens abusivos parece ser controlada (e.g., “só partia as coisas de que ela gostava”, “tinha cuidado para não lhe bater na cara”) e tem como intuito restabelecer o controle sobre a parceira. Concluíram, por fim, que alguns dos homicídios não foram precedidos por violência física e a maioria dos casos de feticídio não foram espontâneos, mas intencionais e premeditados com bastante antecedência.

Quatro estudos procuraram identificar a prevalência de estrangulamento não letal da vítima antes do feticídio, uma forma específica de violência física considerada um importante fator de risco (Campbell et al., 2007). Neste sentido, um estudo concluiu que o estrangulamento não letal prévio estava associado a uma probabilidade sete vezes maior de homicídio (Glass, Laughon, Campbell, et al., 2008). O estrangulamento não letal, ao contrário de outras formas graves de violência física como golpear com murros ou agredir com outro objeto, deixa frequentemente poucas marcas físicas e, no entanto, pode resultar em consequências físicas e psicológicas graves (Glass, Laughon, Campbell, et al., 2008). As prevalências verificadas entre

estudos situam-se entre os 35% (Glass, Laughon, Rutto, et al., 2008) e os 56.4% (Campbell et al., 2003) (cf. Tabela 4).

Tabela 4

Taxas de prevalência de estrangulamento não letal

Autor(es) e data	Taxa de prevalência de estrangulamento não letal
Glass, Laughon, Rutto, et al., 2008	35%
Glass, Laughon, Campbell, et al., 2008	43%
Koziol-McLain et al., 2006	52%
Campbell et al., 2003	56.4%

Violência psicológica/emocional. A violência psicológica ou emocional compreende um leque alargado de comportamentos, uns mais graves que outros, desde insultos ou injúrias a ameaças de morte ou com armas (Elliott & Johnson, 1995; Marshall, 1992; WHO, 2002). Segundo vários autores (Campbell et al., 2003; Campbell et al., 2007), as ameaças de morte e as ameaças com armas estão associadas a um risco substancialmente maior de femicídio.

Nos estudos empíricos analisados as taxas de prevalência de ameaças de morte vão desde os 49.6% (Almeida, 2012) aos 78.3% (Koziol-McLain et al., 2006). Também aqui se pode constatar que os estudos que recorreram a entrevistas com *proxies* (Campbell et al., 2003; Glass, Laughon, Rutto, et al., 2008; Koziol-McLain et al., 2006) obtiveram taxas semelhantes entre si e superiores à verificada no estudo com dados obtidos através da consulta de processos (Almeida, 2012) (cf. Tabela 5).

Tabela 5

Taxas de prevalência de ameaças de morte

Autor(es) e data	Taxa de prevalência de ameaças de morte
Almeida, 2012	49.6%
Glass, Laughon, Rutto, et al., 2008	69%
Campbell et al., 2003	73.6%
Koziol-McLain et al., 2006	78.3%

Quanto a ameaças com armas, as taxas de prevalência situam-se entre os 30% (Glass, Laughon, Rutto, et al., 2008) e os 55.6% (Koziol-McLain et al., 2006). Dois destes estudos (Campbell et al., 2003; Koziol-McLain et al., 2006) mencionam, ainda, com taxas de prevalência muito semelhantes, as injúrias do agressor para rebaixar a vítima (77.8% e 74.6%), as ameaças de morte à família (33.8% e 33.3%) e as ameaças por parte do agressor de que iria magoar as crianças (18.5% e 19.7%). Ademais, Koziol-McLain e colaboradores (2006) descrevem a prevalência das ameaças de suicídio prévias por parte do parceiro (51%), as quais devem também ser consideradas violência psicológica e, segundo os autores, constituem um fator de risco específico para o femicídio seguido de suicídio. Por fim, Moracco e colaboradores (1998) constataram no seu estudo que 83.4% das vítimas foram ameaçadas pelo agressor, sem especificar o tipo de ameaças.

Maus tratos durante a gravidez. Segundo McFarlane, Campbell e colaboradores (2002), as mulheres que relatam maus tratos durante a gravidez têm uma probabilidade três vezes maior de serem vítimas de femicídio. Por essa razão, os maus tratos durante a gravidez constituem um fator de risco de femicídio significativo e que merece ser analisado separadamente. Cinco estudos identificaram a percentagem de vítimas de femicídio que sofreram maus tratos durante a gravidez, a qual varia entre 11.1% (Moreschi et al., 2016) e 25.8% (Campbell et al., 2003) (cf. Tabela 6).

Tabela 6

Taxas de prevalência de maus tratos durante a gravidez

Autor(es) e data	Taxa de prevalência de maus tratos durante a gravidez
Moreschi et al., 2016	11.1%
Koziol-McLain et al., 2006	13.8%
Glass, Laughon, Rutto, et al., 2008	22%
McFarlane, Campbell, et al., 2002	23%
Campbell et al., 2003	25.8%

Quatro estudos (Abrahams et al., 2009; Abrahams et al., 2013; Campbell et al., 2003, citado por Campbell et al., 2007; McFarlane, Campbell, et al., 2002) identificaram a percentagem de mulheres que foram mortas enquanto grávidas: 2.4%, 3.6%, 4.2% e 5% respetivamente, constituindo assim o femicídio uma importante causa de mortalidade maternal (McFarlane, Campbell, et al., 2002).

Violência sexual. No que concerne à prevalência de relações sexuais forçadas, comportamento significativamente associado a um risco acrescido de femicídio (Campbell et al., 2003), apenas três estudos apresentaram dados sobre esta forma particular de violência, verificando-se taxas de 11.1% (Moreschi et al., 2016) a 57.1% (Campbell et al., 2003) (cf. Tabela 7). De facto, a diferença na prevalência entre os estudos é muito expressiva e são vários os fatores que podem estar na base dessa disparidade. Por um lado, não podemos deixar de reparar que, novamente, a taxa de prevalência mais baixa (11.1%) verifica-se num estudo que recorreu exclusivamente à consulta dos processos-crime de femicídio para recolha de informação (Moreschi et al., 2016). Por outro, os restantes estudos apresentam cerca de um terço de respostas “não sei” dos *proxies* quanto à presença de relações sexuais forçadas entre o agressor e a vítima (Campbell et al., 2003; Koziol-McLain et al., 2006), o que poderá estar na origem de taxas de prevalência inflacionadas e menos representativas da realidade, para além de que as suas amostras eram compostas apenas por casos em que já tinha havido abuso prévio do agressor, sendo possível que devido a este critério resultem estimativas mais elevadas quanto à prevalência desta forma de violência.

Tabela 7

Taxas de prevalência de violência sexual

Autor(es) e data	Taxa de prevalência de violência sexual
Moreschi et al., 2016	11.1%
Koziol-McLain et al., 2006	56.9%
Campbell et al., 2003	57.1%

Stalking. Seis estudos identificaram a prevalência de comportamentos de *stalking* do agressor sobre a vítima, antes do femicídio. Alguns autores referem mesmo que o *stalking* pelo parceiro íntimo pode ser um fator de risco de homicídio conjugal ainda mais comum do que a violência nas relações íntimas, e são quase exclusivamente as mulheres que sofrem esta forma de violência (Campbell et al., 2007).

As taxas de prevalência desta forma de violência variam significativamente entre estudos, de 16.7% (Moreschi et al., 2016) a 76% (McFarlane et al., 1999) (cf. Tabela 8). Segundo McFarlane e colaboradores (1999), esta grande disparidade deve-se provavelmente ao uso, no seu estudo, de *proxies* que conheciam a vítima e o agressor, enquanto outros estudos se basearam no conhecimento da polícia (Moracco et al., 1998). Ainda conforme o estudo acima citado (McFarlane et al., 1999), o comportamento de *stalking* mais relatado foi “ser seguida ou espiada”. Outros comportamentos relatados por quase metade das mulheres foram o agressor “ficar sentado no carro perto da sua casa ou local de trabalho” e “receber chamadas telefônicas indesejadas”. Por fim, constataram que entre os *proxies* que relataram a existência de agressões físicas pelo agressor, 89% também relataram comportamentos de *stalking*. Assim, segundo os autores, se uma vítima de femicídio foi fisicamente agredida antes do homicídio, é provável que também tenha sido vítima de *stalking*. No estudo de McFarlane, Campbell e Watson (2002), concluíram que as mulheres que tinham sido “seguidas ou espiadas” nos últimos 12 meses tinham uma probabilidade três vezes maior de serem vítimas de femicídio ou de tentativa de femicídio que as mulheres sem estas experiências de *stalking*.

Tabela 8

Taxas de prevalência de stalking

Autor(es) e data	Taxa de prevalência de <i>stalking</i>
Moreschi et al., 2016	16.7%
Campbell et al., 2003	21.4%
Moracco et al., 1998	23.4%
Koziol-McLain et al., 2006	23.9%
Sharps et al., 2001	72.3%
McFarlane et al., 1999	76%

Comportamentos controladores. Há três estudos (Campbell et al., 2003; Glass, Laughon, Rutto, et al., 2008; Koziol-McLain et al., 2006) que identificam a prevalência de comportamentos controladores do parceiro, avaliando-os através das respostas ao item do *Danger Assessment* (DA) “o parceiro tentava controlar todas as atividades diárias?”, aplicado durante a entrevista aos *proxies* das vítimas de femicídio. O DA inclui ainda alguns exemplos para ilustrar o item mencionado acima: “Ele diz-lhe com quem pode ser amigo/a, quando pode ver a família, quanto dinheiro pode usar ou quando pode levar o carro?” (Campbell et al., 2009, p. 655). Nestes estudos, as taxas de prevalência observadas de comportamentos controladores são bastante elevadas, de 65.9% (Campbell et al., 2003) a 81% (Glass, Laughon, Rutto, et al., 2008), indiciando a utilização muito frequente desses comportamentos pelos agressores (cf. Tabela 9).

Num destes estudos (Glass, Laughon, Rutto, et al., 2008), concluíram que os comportamentos controladores aumentavam aproximadamente para o dobro a probabilidade das adolescentes ou jovens adultas serem vítimas de femicídio, comparativamente com mulheres adultas. Nestes casos, o estágio de desenvolvimento cognitivo e psicossocial pode levar as adolescentes ou jovens adultas a interpretar erradamente os comportamentos violentos como atos de amor ou profundo compromisso (Seimer, 2004), possivelmente normalizando o comportamento e minimizando o seu impacto. Por último, de acordo com outro estudo

(Campbell et al., 2003), a combinação de um agressor altamente controlador com a separação do casal aumenta nove vezes a probabilidade de a relação culminar em femicídio.

Tabela 9

Taxas de prevalência de comportamentos controladores

Autor(es) e data	Taxa de prevalência de comportamentos controladores
Campbell et al., 2003	65.9%
Koziol-McLain et al., 2006	68.7%
Glass, Laughon, Rutto, et al., 2008	81%

Por fim, a Tabela 10 reúne as taxas de prevalência de todas as formas de violência identificadas na presente revisão, sendo possível comprovar a elevada incidência de determinadas formas de violência, apesar da variabilidade observada entre estudos.

Tabela 10

Taxas de prevalência das várias formas de violência prévia sobre a vítima

Forma de violência	Taxas de prevalência entre estudos
Violência nas relações íntimas (não especificada)	31.6% a 81%
Violência física	43% a 76.5%
Estrangulamento não letal	35% a 56.4%
Ameaças de morte	49.6% a 78.5%
Ameaças com armas	30% a 55.6%
Injúrias/insultos	76.2%
Ameaças de morte a familiares	33.3% a 33.8%
Ameaçar magoar as crianças	18.5% a 20%
Ameaças de suicídio do agressor	51%
Maus-tratos durante a gravidez	11.1% a 25.8%
Relações sexuais forçadas	11.1% a 57.1%
<i>Stalking</i>	16.7% a 76%
Comportamentos controladores	65.9% a 81%

Discussão

A temática do femicídio tem sido crescentemente alvo de investigação pela comunidade científica, a qual reconhece o impacto familiar e social do fenómeno e está consciente da importância do estudo da sua etiologia e, especificamente, dos fatores de risco, para promover

a identificação de oportunidades de intervenção para prevenir o femicídio (Almeida, 2012). Neste sentido, num estudo de femicídio em onze cidades nos EUA, a maioria das vítimas ou agressores (até 83% dos casos), ou ambos, tiveram contacto com o sistema de justiça, de assistência à vítima e/ou com uma agência de saúde no ano antes do homicídio (Sharps et al., 2001), o que indica que existem oportunidades para prevenção, identificação das mulheres em risco e intervenção apropriada (Campbell et al., 2007).

No presente estudo, procedemos à análise crítica dos estudos que abordam as várias formas de violência contra a vítima antes do femicídio, consideradas importantes fatores de risco deste tipo de crime especialmente violento (e.g., Contreras, 2014). Assim, desta revisão sistemática da literatura há vários contributos importantes a extrair.

Primeiramente, da análise efetuada, podemos constatar a heterogeneidade das características das amostras, havendo estudos de países cultural e geograficamente distantes (e.g., EUA, Israel, Portugal, África do Sul), maioritariamente com amostras de conveniência mistas (com dados sobre os agressores e as vítimas), outros apenas com mulheres ou exclusivamente com homens, das mais diversas faixas etárias e de raças distintas. As metodologias de recolha de informação predominantes são a análise documental de processos judiciais e os inventários de heteroavaliação com *proxies* das vítimas.

Todos os estudos empíricos incluídos nesta revisão sistemática – que procuraram caracterizar o agressor, a vítima e a relação entre estes – identificaram o histórico de violência nas relações íntimas como fator de risco de femicídio. Todavia, embora concordem a respeito da relevância da violência nas relações íntimas como fator de risco, as taxas de prevalência das diversas formas de violência em cada estudo variam notavelmente e são vários os fatores, ao nível conceptual e metodológico, que podem contribuir para esta variabilidade.

Nesse sentido, é importante destacar a variabilidade quanto à terminologia utilizada entre estudos, sendo que alguns identificam a presença de violência prévia nas relações íntimas

apenas de forma genérica (e.g., Sharps et al., 2001), enquanto outros referem formas específicas de violência como a violência física (e.g., Moracco et al., 1998), a violência sexual (e.g., Koziol-McLain et al., 2006) ou o *stalking* (e.g., McFarlane et al., 2002). A revisão de literatura de Kivisto (2015), na identificação da prevalência de violência doméstica entre estudos de femicídio, comparou estudos que se referiram a violência doméstica no geral (e.g., Dutton & Kerry, 1999) e estudos que mencionaram a violência física especificamente (McFarlane et al., 1999). Atendendo ao facto que existem várias formas de violência nas relações íntimas, qualitativamente distintas, seria mais fidedigno compará-las separadamente.

Adicionalmente, é importante destacar o caso dos estudos de Campbell e colaboradores (2003) e de Koziol-McLain e colaboradores (2006), cujos objetivos eram identificar os fatores de risco de femicídio em relações violentas e em casos de femicídio seguido de suicídio com violência prévia do agressor, respetivamente. Para tal, os autores utilizaram como critério de exclusão, no processo de seleção da amostra, o facto de não ter havido abuso prévio por parte do agressor, o que poderá explicar parcialmente as elevadas taxas de prevalência observadas nestes estudos, como se verificou quanto à presença de estrangulamento não-letal, de ameaças de morte e de violência sexual.

Além disso, Kivisto (2015) sugere ainda outros fatores que podem contribuir para a variabilidade na prevalência identificada entre estudos, tais como o momento em que se procura a informação (e.g., os agressores antes do julgamento podem minimizar a violência prévia, comparativamente com aqueles já condenados), o contexto (e.g., homens condenados por femicídio em situação de reclusão em prisões vs reclusos em estabelecimentos psiquiátricos) ou a própria operacionalização da violência (e.g., considerar incidentes de violência doméstica vs detenções por violência doméstica).

Por fim, com base na análise de 17 estudos empíricos, foi possível apurar que, no geral, os estudos com menores taxas de prevalência das diversas formas de violência são aqueles que

recorreram à consulta de processos-crime (e.g., Eke et al., 2011; Moreschi et al., 2016), comparativamente com os que recolheram informação mediante entrevistas com *proxies* das vítimas (e.g., McFarlane et al., 1999; Koziol-McLain et al., 2006) ou com os polícias que conduziram a investigação dos casos (e.g., Moracco et al., 1998).

No nosso entender, nos casos de femicídio, as taxas de prevalência de violência prévia identificadas serão, necessariamente, meras estimativas, particularmente quanto a formas de violência do foro mais íntimo, como a violência sexual. Nestes casos, não raras as vezes, a única informação existente é o que está relatado nos processos-crime ou aquilo que pessoas próximas da vítima consigam relatar, o que naturalmente pode não corresponder a uma descrição exaustiva da expressão destas formas de violência.

Em suma, apesar da variabilidade observada entre as taxas de prevalência das várias formas de violência antes do femicídio, estas atingem valores preocupantemente elevados (cf. Tabela 10). Como vimos acima, formas específicas de violência como as ameaças de morte e com armas, o *stalking*, o estrangulamento não letal ou as relações sexuais forçadas são comportamentos associados a um risco muito elevado e que usualmente precedem o femicídio, constituindo fatores de risco significativos que têm de ser devidamente valorizados pelos profissionais de justiça e de saúde.

Para além destes contributos, identificam-se algumas limitações nas metodologias de investigação científica do fenómeno do femicídio. Em primeiro lugar, é evidente a predominância dos estudos de *design* transversal e de natureza retrospectiva, os quais não permitem uma recolha de informação exaustiva, nomeadamente acerca das características dos agressores e do histórico de violência nas relações íntimas (Pereira et al., 2013), dificultando a compreensão do fenómeno.

Outra limitação na análise do fenómeno prende-se com a dependência na informação existente nos processos-crime ou facultada pelos polícias que estiveram encarregues pela

investigação dos casos (Almeida, 2012; Campbell et al., 2007). Conforme Dutton e Kerry (1999), o histórico de violência nas relações íntimas tende a estar sub-reportado nos registros judiciais. Além disso, alguns autores identificaram inconsistências na inquirição sobre o histórico de violência nas relações íntimas (Abrahams et al., 2009) e uma certa ausência de informação sobre determinados fatores de risco, como o *stalking*, as relações sexuais forçadas e os maus tratos durante a gravidez (Almeida, 2012).

Já os estudos que recorreram a entrevistas com *proxies* das vítimas, apesar de obterem mais informação a respeito da relação entre o agressor e a vítima, em comparação com estudos que recolheram os dados apenas com base na análise documental, também apresentam algumas limitações. Neste tipo de estudos os investigadores estão dependentes da disponibilidade dos *proxies*, cujo conhecimento sobre o agressor, a vítima e a relação entre estes pode variar notavelmente (Campbell et al., 2003; Glass, Laughon, Campbell, et al., 2008; Glass, Laughon, Rutto et al., 2008). Para além disso, a amostra de alguns estudos incluía apenas mulheres residentes em grandes áreas urbanas (Glass, Laughon, Campbell, et al., 2008), pelo que os resultados obtidos podem não ser generalizáveis para outros tipos de comunidades (Glass, Laughon, Campbell, et al., 2008; McFarlane, Campbell, et al., 2002). Ainda, em alguns estudos foi impossível contactar *proxies* para todos os casos de femicídio, os quais podem ter envolvido os agressores mais perigosos ou os casais mais isolados (Sharps et al., 2001).

Por último, apenas um dos estudos empíricos analisados era de natureza qualitativa (Goussinsky & Yassour-Borochowitz, 2012), sendo que os restantes, quantitativos, não exploram as singularidades de cada forma de violência, tais como a frequência, a duração e a gravidade destes comportamentos. Numa perspetiva metodológica, a articulação entre abordagens quantitativas e qualitativas poderá permitir uma recolha de informação mais exhaustiva sobre a vítima, o agressor e a relação entre ambos e, desta forma, contribuir um maior esclarecimento do fenómeno.

Considerações Finais

A presente revisão permite concluir que as atuais abordagens científicas têm algumas limitações conceituais e metodológicas que prejudicam a compreensão da relação entre as diferentes formas de violência prévia do agressor sobre a vítima e o femicídio.

Efetivamente, a maioria dos estudos disponíveis são de natureza quantitativa, os quais, no nosso entender, não permitem capturar cabalmente a verdadeira essência da violência no seio das relações íntimas e as suas particularidades. Assim, consideramos que o foco em classificar percentualmente a prevalência das várias formas de violência sobre a vítima é uma abordagem restritiva. Parece-nos, por isso, fundamental reforçar a investigação qualitativa sobre o fenómeno, discriminando as várias formas de violência, com exemplos reais que demonstrem a frequência, a duração, a gravidade e as consequências desses comportamentos.

Por outro lado, os estudos raramente abordam este assunto do ponto de vista do agressor, sendo que seria importante entender as motivações subjacentes ao femicídio, mas também aos comportamentos violentos contra a vítima antes do homicídio. Paralelamente, atendendo à natureza do femicídio, que inevitavelmente impossibilita o contacto com a vítima após o cometimento do crime, é imprescindível a adoção de uma abordagem holística quanto à metodologia de recolha de informação para cada caso, recorrendo, se possível, à análise documental dos processos judiciais e registos médicos, juntamente com a realização de entrevistas a pessoas próximas das vítimas, bem como aos agressores, após a sua reclusão.

Os resultados indicam que existem várias formas de violência prévia sobre as vítimas de femicídio, com diferentes níveis de gravidade, e que os estudos até agora desenvolvidos não avaliam de forma detalhada e consistente as particularidades de cada forma de violência e o seu contributo para as situações com risco de violência letal.

Efetivamente, são inúmeros os casos de femicídio que apresentam histórico de violência antes do crime e, apesar dos sinais evidentes que frequentemente as vítimas exibem

ou até reportam às autoridades, não são tomadas as medidas necessárias para as proteger. O conhecimento científico sobre o fenômeno e consequente valorização da violência prévia como fator de risco preditor de femicídio permitirá o aperfeiçoamento das práticas de avaliação de risco e de intervenção nestes casos e, conseqüentemente, contribuir para a prevenção deste crime especialmente violento.

Referências

- Abrahams, N., Jewkes, R., Martin, L. J., Mathews, S., Vetten, L., & Lombard, C. (2009). Mortality of women from intimate partner violence in South Africa: A national epidemiological study. *Violence and Victims, 24*(4), 546-556.
- Abrahams, N., Mathews, S., Martin, L. J., Lombard, C., & Jewkes, R. (2013). Intimate partner femicide in South Africa in 1999 and 2009. *PLoS Med, 10*(4), e1001412.
- Almeida, I. (2012). *Avaliação de risco de femicídio: Poder e controlo nas dinâmicas das relações íntimas*. (Tese de doutoramento). Retirada de:
<http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/8894>
- Basile, K. C., Arias, I., Desai, S., & Thompson, M. P. (2004). The differential association of intimate partner physical, sexual, psychological, and stalking violence and posttraumatic stress symptoms in a nationally representative sample of women. *Journal of Traumatic Stress, 17*(5), 413-421.
- Bourget, D., Gagné, P., & Whitehurst, L. (2010). Domestic homicide and homicide-suicide: The older offender. *The Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law, 38*(3), 305–311.
- Campbell, J. C., Glass, N., Sharps, P. W., Laughon, K., & Bloom, T. (2007). Intimate partner homicide: Review and implications of research and policy. *Trauma, Violence, & Abuse, 8*(3), 246-269.
- Campbell, J. C., Webster, D. W., & Glass, N. (2009). The danger assessment validation of a lethality risk assessment instrument for intimate partner femicide. *Journal of Interpersonal Violence, 24*(4), 653-674.
- Campbell, J. C., Webster, D., Koziol-McLain, J., Block, C., Campbell, D., Curry, M. A., . . . Laughon, K. (2003). Risk factors for femicide in abusive relationship: Results from a multisite case control study. *American Journal of Public Health, 93*, 1089-1097.

- Contreras, L. (2014). Factores de riesgo de homicidio de la mujer en la relación de pareja. *Universitas Psychologica*, *13*(2), 681-692.
- Direção-Geral da Política da Justiça (2016). *Estatísticas da justiça*. Retirado em 24/11/2016 de <http://www.siej.dgpj.mj.pt/>
- Dixon, L., Hamilton-Giachritsis, C., & Browne, K.D. (2008). Classifying partner femicide. *Journal of Interpersonal Violence*, *23*, 74-93.
- Dobash, R. E., Dobash, R. P., Cavanagh, K., & Lewis, R. (2004). Not an ordinary killer—Just an ordinary guy. When men murder an intimate woman partner. *Violence Against Women*, *10*, 577-605.
- Dobash, R. E., Dobash, R. P., Cavanagh, K., & Medina-Ariza, J. (2007). Lethal and non-lethal violence against an intimate female partner: Comparing male murderers with non-lethal abusers. *Violence Against Women*, *13*, 329-353.
- Dutton, D., & Kerry, G. (1999). Modus operandi and personality disorder in incarcerated spousal killers. *International Journal of Law and Psychiatry*, *22*, 287-299.
- Echeburúa, E., Fernández-Montalvo, J., & Corral, P. (2008). ¿Hay diferencias entre la violencia grave y la violencia menos grave contra la pareja?: Un análisis comparativo. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, *8*, 355-382.
- Eke, A. W., Hilton, N. Z., Harris, G. T., Rice, M. E., & Houghton, R. E. (2011). Intimate partner homicide: Risk assessment and prospects for prediction. *Journal of Family Violence*, *26*, 211-216.
- Elliott, B. A., & Johnson, M. M. (1995). Domestic violence in a primary care setting: Patterns and prevalence. *Archives of Family Medicine*, *4*(2), 113.
- Elisha, E., Idisis, Y., Timor, U., & Addad, M. (2010). Typology of intimate partner homicide: Personal, interpersonal, and environmental characteristics of men who murdered their

- female intimate partner. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 54, 494-516.
- Glass, N., Laughon, K., Campbell, J., Block, C. R., Hanson, G., Sharps, P. W., & Taliaferro, E. (2008). Non-fatal strangulation is an important risk factor for homicide of women. *The Journal of Emergency Medicine*, 35(3), 329-335.
- Glass, N., Laughon, K., Rutto, C., Bevacqua, J., & Campbell, J. C. (2008). Young Adult Intimate Partner Femicide An Exploratory Study. *Homicide Studies*, 12(2), 177-187.
- Goussinsky, R., & Yassour-Borochowitz, D. (2012). "I killed her, but I never laid a finger on her" – a phenomenological difference between wife-killing and wife-battering. *Aggression & Violent Behavior*, 17(6), 553-564.
- Kivisto, A. J. (2015). Male perpetrators of intimate partner homicide: A review and proposed typology. *Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law*, 43(3), 300-312.
- Koziol-McLain, J., Webster, D., McFarlane, J., Block, C. R., Ulrich, Y., Glass, N., & Campbell, J. C. (2006). Risk factors for femicide-suicide in abusive relationships: Results from a multisite case control study. *Violence and Victims*, 21(1), 3-21.
- Kronbauer, J. F. D., & Meneghel, S. N. (2005). Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. *Revista de Saúde Pública*, 39(5), 695-701.
- Marshall, L. L. (1992). Development of the severity of violence against women scales. *Journal of Family Violence*, 7(2), 103-121.
- McFarlane, J., Campbell, J. C., Sharps, P., & Watson, K. (2002). Abuse during pregnancy and femicide: Urgent implications for women's health. *Obstetrics & Gynecology*, 100(1), 27-36.
- McFarlane, J., Campbell, J. C., & Watson, K. (2002). Intimate partner stalking and femicide: Urgent implications for women's safety. *Behavioral Sciences & the Law*, 20(1-2), 51-68.

- McFarlane, J. M., Campbell, J. C., Wilt, S., Sachs, C. J., Ulrich, Y., & Xu, X. (1999). Stalking and intimate partner femicide. *Homicide Studies*, 3(4), 300-316.
- Miner, E. J., Shackelford, T. K., Block, C. R., Starratt, V. G., & Weekes-Shackelford, V. A. (2012). Risk of death or life-threatening injury for women with children not sired by the abuser. *Human Nature*, 23(1), 89-97.
- Moracco, K. E., Runyan, C. W., & Butts, J. D. (1998). Femicide in North Carolina, 1991-1993: A Statewide Study of Patterns and Precursors. *Homicide Studies*, 2(4), 422-446.
- Moreschi, C., Da Broi, U., Zamai, V., & Palese, F. (2016). Medico legal and epidemiological aspects of femicide in a judicial district of north eastern Italy. *Journal of Forensic and Legal Medicine*, 39, 65-73.
- Nicolaidis, C., Curry, M. A., Ulrich, Y., Sharps, P., McFarlane, J., Campbell, D., ... & Campbell, J. (2003). Could we have known? A qualitative analysis of data from women who survived an attempted homicide by an intimate partner. *Journal of General Internal Medicine*, 18(10), 788-794.
- Pereira, A.R., Vieira, D.N. & Magalhães, T. (2013). Fatal intimate partner violence against women in Portugal: A forensic medical national study. *Journal of Forensic and Legal Medicine*, 20(8), 1099-1107.
- Seimer, B. S. (2004). Intimate violence in adolescent relationships: Recognizing and intervening. *MCN*, 29(2), 117-121.
- Sharps, P. W., Koziol-McLain, J., Campbell, J., McFarlane, J., Sachs, C., & Xu, X. (2001). Health care providers' missed opportunities for preventing femicide. *Preventive Medicine*, 33(5), 373-380.
- Sistema de Segurança Interna (SSI). (2010). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)*. Gabinete do Secretário-Geral. Retirado em 04/12/2016 de:

[http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%20\(RASI\)/RASI%202010.pdf](http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%20(RASI)/RASI%202010.pdf)

Sistema de Segurança Interna (SSI). (2011). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)*.

Gabinete do Secretário-Geral. Retirado em 04/12/2016 de:

http://www.portugal.gov.pt/media/555724/2012-03-30_relat_rio_anual_seguran_a_interna.pdf

Sistema de Segurança Interna (SSI). (2012). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)*.

Gabinete do Secretário-Geral. Retirado em 04/12/2016 de:

http://www.portugal.gov.pt/media/904058/20130327_RASI%202012_vers%C3%A3o%20final.pdf

Sistema de Segurança Interna (SSI). (2013). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)*.

Gabinete do Secretário-Geral. Retirado em 04/12/2016 de:

<http://www.portugal.gov.pt/media/1391220/RASI%202013.pdf>

Sistema de Segurança Interna (SSI). (2014). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)*.

Gabinete do Secretário-Geral. Retirado em 04/12/2016 de:

<http://www.portugal.gov.pt/media/6877606/20150331-rasi-2014.pdf>

Sistema de Segurança Interna (SSI). (2015). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)*.

Gabinete do Secretário-Geral. Retirado em 06/04/2016 de:

<http://www.portugal.gov.pt/media/18859123/20160331-rasi-2015.pdf>

Statistics South Africa. (2016). *Community Survey 2016*. Retirado em 09/09/2016 de:

http://cs2016.statssa.gov.za/wp-content/uploads/2016/07/NT-30-06-2016-RELEASE-for-CS-2016-_Statistical-releas_1-July-2016.pdf

Stöckl, H., Devries, K., Rotstein, A., Abrahams, N., Campbell, J., Watts, C., & Moreno, C.

(2013). The global prevalence of intimate partner homicide: A systematic review. *Lancet*, 382, 859-65.

Tjaden, P., & Thoennes, N. (2000). *Full report of the prevalence, incidence, and consequences of violence against women* (National Institute of Justice, Research Report, NCJ No. 183781). Washington, DC: U.S. Department of Justice.

União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR). (2015) *Observatório das Mulheres Assassinadas*. Retirado em 06/04/2016 de:

http://www.umarfeminismos.org/images/stories/oma/2015/OMA_2015_Relat%C3%B3rio_Anuual_Final.pdf

United Nations Office on Drugs and Crime. (2013). *Global study on homicide: Trends, contexts, data*. Vienna: UNODC.

U.S. Census Bureau. (2011). *Overview of race and hispanic origin: 2010*. Retirado em 09/09/2016 de: <http://www.census.gov/prod/cen2010/briefs/c2010br-02.pdf>

World Health Organization. (2002). *World report on violence and health*. Geneva: WHO.

Artigo 2

**Formas de Violência Prévia ao Femicídio em Relações Íntimas Abusivas:
Um Estudo Exploratório**

Formas de Violência Prévia ao Femicídio em Relações Íntimas Abusivas: Um Estudo Exploratório

João P. Mata, Ana I. Sani, & Cristina B. Soeiro

Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal, Instituto Superior de Ciências da Saúde
Egas Moniz, Monte da Caparica, Portugal, & Escola de Polícia Judiciária, Loures, Portugal

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de um estudo exploratório sobre as várias formas de violência prévia ao feticídio em relações íntimas abusivas. Foram selecionados e analisados os processos-crime de casos de relações íntimas com histórico de violência (71.4% do total de processos consultados, $n = 25$) que culminaram em feticídio, entre 2010 e 2015, na zona da Grande Lisboa. Os resultados indicam que 84% das vítimas já tinham sofrido violência psicológica, 60% violência física, 48% *stalking*, 20% comportamentos controladores e 4% violência sexual. Cerca de metade das vítimas (48%) já tinham apresentado queixa por violência doméstica às autoridades. Os primeiros meses subsequentes à separação constituem um período de risco elevado e medidas como a prevenção do abuso de substâncias e a restrição do acesso do agressor a armas de fogo podem contribuir positivamente para a redução dos casos de feticídio. A avaliação de risco deve integrar e analisar detalhadamente as várias formas de violência. Este trabalho enfatiza a necessidade de reforçar a investigação qualitativa sobre a temática e a adoção de uma abordagem holística quanto à metodologia de recolha de informação, complementando a consulta processual com entrevistas a pessoas próximas e aos agressores, permitindo assim uma visão mais completa do fenómeno.

Palavras-chave: feticídio, formas de violência, fatores de risco, motivações.

Abstract

This article presents the results of an exploratory study on the various forms of violence prior to femicide in abusive relationships. Femicide cases with previous intimate partner violence, committed between 2010 and 2015, in Greater Lisbon, were selected and analyzed (71.4% of the total case files consulted, $n = 25$). Results indicate that 84% of the victims have suffered from psychological violence, 60% physical violence, 48% stalking, 20% controlling behaviors and 4% sexual violence. About half of the victims (48%) had already lodged a complaint for domestic violence to the authorities. The first months after separation constitute a period of high risk and measures such as substance abuse prevention and restricting the perpetrator's access to firearms can positively contribute to the reduction of cases of femicide. Risk assessment should integrate and analyze the various forms of violence in detail. This article emphasizes the need to reinforce qualitative research on the subject and adopt a holistic approach regarding the data collection methods, complementing case file reviews with interviews with proxies and perpetrators, thus allowing a more complete view of the phenomenon.

Keywords: femicide, forms of violence, risk factors, motivations.

Introdução

Em 2012, quase meio milhão de pessoas (437.000), em todo o mundo, morreram vítimas de homicídio, a maioria (79%) do sexo masculino. Contudo, no contexto familiar ou de relações de intimidade, as mulheres correm um risco significativamente maior de homicídio, representando cerca de 70% das vítimas (UNODC, 2013).

De acordo com Stöckl e colaboradores (2013), sustentados em dados relativos a 66 países, extraídos de 118 estudos independentes e 53 relatórios oficiais, 38.6% dos homicídios de mulheres foram cometidos por um parceiro íntimo. Já segundo o UNODC (2013), a percentagem de mulheres vítimas de homicídio pelo seu parceiro, no ano de 2012, foi ainda mais elevada, constituindo cerca de 47% dos casos.

Em Portugal, o número de homicídios consumados no geral, bem como o de homicídios conjugais ou em relação análoga, apresentam um ligeiro decréscimo desde 2010 (Figura 1) (Direção-Geral da Política da Justiça, 2016; SSI, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015). Similarmente, também a proporção de homicídios no contexto de relações íntimas tem diminuído desde 2010, ano em que representaram 41% dos homicídios em Portugal, sendo que em 2015 apenas 18% foram cometidos neste contexto (SSI, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015).

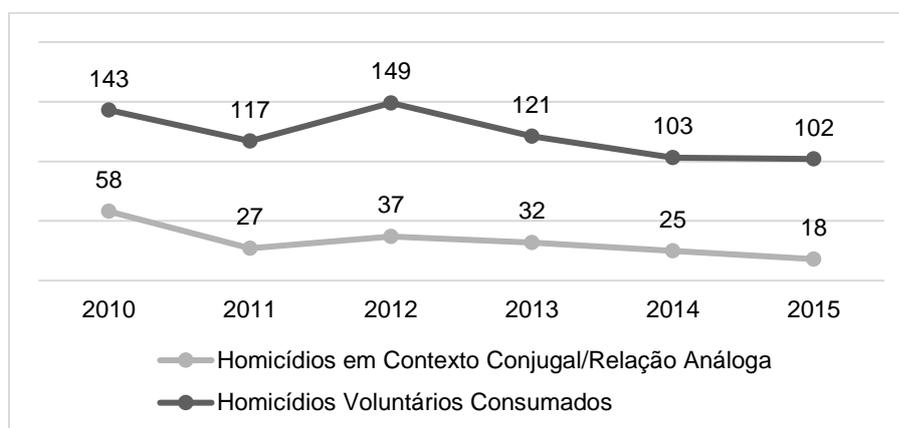


Figura 2. Vítimas de homicídio voluntário consumado e de homicídio em contexto conjugal/relação análoga, de 2010 a 2015, em Portugal (DGPIJ; RASI)

O Observatório de Mulheres Assassinadas, um relatório anual desenvolvido com base em dados noticiados na imprensa, refere que, do total de homicídios de mulheres registados entre 2004 e 2015, em Portugal, cerca de 85% foram cometidos em relações íntimas atuais ou passadas (UMAR, 2015), valor muito superior ao verificado nos estudos a nível mundial – 38.6% (Stöckl et al., 2013) ou 47% (UNODC, 2013). Neste sentido, Almeida (2012) esclarece que “em países onde os níveis de mortes violentas são reduzidos, como é o caso de Portugal, a grande maioria dos casos de mortes de mulheres verifica-se em contexto de relações íntimas” (p. 4).

Assim, e não obstante a criminalidade violenta e grave participada apresentar uma tendência decrescente nos últimos anos (SSI, 2015), podemos constatar que o homicídio no contexto de relações íntimas, cujas vítimas são principalmente mulheres (SSI, 2014), continua a apresentar valores significativos em Portugal, merecendo por isso a nossa atenção.

No presente trabalho definimos femicídio como o homicídio de mulheres no contexto das relações íntimas, i.e., em que as vítimas mantêm ou já mantiveram um relacionamento íntimo com o agressor (e.g., Campbell et al., 2003; Koziol-McLain et al., 2006; McFarlane, Campbell, & Watson, 2002; Sharps et al., 2001). Nas últimas décadas, a literatura científica tem procurado identificar os fatores explicativos e preditores deste tipo de homicídio, nomeadamente as motivações subjacentes ao crime e os fatores de risco associados aos agressores, às vítimas e à relação entre estes, os quais são fundamentais para o diagnóstico e a intervenção neste contexto.

Assim, são várias as motivações que podem estar subjacentes ao crime de femicídio:

- O ciúme por parte do agressor em relação à vítima, podendo este ser real ou imaginário (Almeida, 2012). Em alguns casos, a noção de traição apresentada pelos agressores, na verdade, correspondia ao relacionamento da mulher com outro homem, mas já após a separação entre o agressor e a vítima (Elisha, Idisis, Timor, & Addad, 2010);

- O profundo desespero e a perda de toda a esperança, após a mulher expressar o seu desejo de abandonar o homem e terminar a relação, ou seja, aquando do processo de separação. Em certas situações, a mulher representa a única razão de viver e fonte de prazer do homem, o que faz com que a separação seja experienciada como uma ameaça à identidade do agressor (Goussinsky & Yassour-Borochowitz, 2012);
- O sentimento de controlo e poder, expresso através da violência reiterada do homem sobre a mulher de forma a impor a sua autoridade (Elisha et al., 2010). Nestes casos, o femicídio resulta na sequência de uma discussão ou quezília doméstica entre o agressor e a vítima (Almeida, 2012).
- Os problemas de saúde mental (e.g., depressão) ou o abuso de substâncias por parte do agressor (Almeida, 2012; Bourget, Gagne, & Whitehurst, 2010).

Paralelamente, uma das mais importantes linhas de investigação tem incidido sobre os principais fatores de risco presentes nestes casos e que podem prever o femicídio, destacando-se os seguintes: antecedentes criminais do agressor; o acesso a armas de fogo; a presença de psicopatologia e ideação suicida; a situação de desemprego; o abuso de substâncias; a existência de filhos de um relacionamento anterior; a separação ou a solicitação desta por parte da vítima; o testemunho ou vitimação na infância do agressor e o histórico de violência nas relações íntimas, incluindo as ameaças de morte ou com armas, a existência de maus-tratos na gravidez e/ou de relações sexuais forçadas ou os comportamentos de *stalking* do agressor (Almeida, 2012; Bourget et al., 2010; Contreras, 2014; Kivisto, 2015; Miner, Shackelford, Block, Starratt, & Weekes-Shackelford, 2012).

No presente artigo incidiremos especificamente sobre as diferentes formas de violência prévias ao femicídio. No estudo de Campbell e colaboradores (2003), 70% das vítimas de femicídio já tinham sido fisicamente agredidas pelo seu parceiro íntimo antes de serem mortas, tendo os autores concluído que a violência física sobre a vítima constitui o principal fator de

risco de femicídio. No entanto, como veremos adiante, não existe um verdadeiro consenso na literatura sobre o femicídio quanto à prevalência das várias formas de violência prévia nas relações íntimas.

De facto, não obstante vários estudos classificarem a história de violência nas relações íntimas como um dos principais fatores de risco de femicídio (e.g., Campbell et al., 2003; Campbell, Glass, Sharps, Laughon, & Bloom, 2007; McFarlane, Campbell, & Watson, 2002), a prevalência de violência nas relações íntimas observada na literatura varia consideravelmente, entre 31.6% (Abrahams et al., 2009) e 81% (Sharps et al., 2001).

Acresce ainda salientar que alguns estudos identificam a presença de violência prévia nas relações íntimas apenas de forma genérica (e.g., Dobash, Dobash, Cavanagh, & Lewis, 2004), enquanto outros mencionam formas específicas de violência como a violência física (e.g., Campbell et al., 2003), as ameaças de morte por parte do agressor (e.g., Echeburúa, Fernández-Montalvo, & Corral, 2008) ou o *stalking* (e.g., McFarlane, Campbell, & Watson, 2002) o que, por si só, pode estar na origem de comparações ambíguas e pouco claras entre estudos no que respeita às estimativas de prevalência e à relevância da violência prévia nas relações íntimas como fator de risco de femicídio.

Para prosseguir com a análise deste fenómeno importa primeiramente definir o conceito e identificar as diversas formas de violência nas relações íntimas. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2002), a violência em relações de intimidade consiste num qualquer comportamento no seio de uma relação íntima que cause dano físico, psicológico ou sexual nos membros dessa relação. Segundo vários autores, esse comportamento pode ser um ato de:

- Violência física – leve ou moderada como empurrões, bofetadas ou agarrar num braço, até uma violência física mais grave ou séria que envolve murros, pontapés, espancamentos e agressões com armas (Campbell, Webster, & Glass, 2009; Elliott & Johnson, 1995; Kronbauer & Meneghel, 2005; Marshall, 1992);

- Violência psicológica/emocional – como insultos ou injúrias, humilhações, intimidações, ameaças com armas, ameaças de suicídio ou de morte ou ameaças a pessoas próximas (Elliott & Johnson, 1995; Marshall, 1992; WHO, 2002);
- Violência sexual que envolve relações sexuais forçadas e outras formas de coerção sexual (Marshall, 1992; WHO, 2002);
- *Stalking*, caracterizado por comportamentos indesejados de assédio pelo parceiro íntimo e que causem medo na vítima, tais como: perseguir ou espiar, ficar à espera da vítima à porta de casa, escola ou local de trabalho, vandalizar a propriedade ou destruir algum objeto importante, deixar objetos indesejados para a vítima encontrar (Basile, Arias, Desai, & Thompson, 2004; Tjaden & Thoennes, 2000);
- Comportamentos controladores – como isolar uma pessoa dos familiares ou amigos, impor limites físicos e controlar com quem se pode contactar e quando, restringir o acesso à informação e apoio ou limitar o acesso ao dinheiro (Elliott & Johnson, 1995; WHO, 2002).

Vários estudos procuraram determinar especificamente a prevalência de violência física, cujas estimativas vão desde os 43% (Eke, Hilton, Harris, Rice, & Houghton, 2011) aos 76.5% (Moracco, Runyan, & Butts, 1998). Dois destes estudos (Campbell et al., 2003; Koziol-McLain et al., 2006) verificaram em mais de metade dos casos um aumento ou escalada na frequência (59.9% e 59.3%) e na gravidade (64.4% e 56.4%, respetivamente) da violência nas relações íntimas, o que, segundo os autores, é uma característica própria da violência no contexto da intimidade e que está associada a um risco acrescido de femicídio.

Outros estudos procuraram identificar a prevalência de estrangulamento não letal da vítima antes do femicídio, uma forma específica de violência física considerada um importante fator de risco (Campbell et al., 2007). Neste sentido, um estudo concluiu que o estrangulamento não letal prévio estava associado a uma probabilidade sete vezes maior de homicídio (Glass,

Laughon, Campbell, et al., 2008). O estrangulamento não letal, ao contrário de outras formas graves de violência física como golpear com murros ou agredir com outro objeto, deixa frequentemente poucas marcas físicas e, no entanto, pode resultar em consequências físicas e psicológicas graves (Glass, Laughon, Campbell, et al., 2008). As prevalências observadas na literatura desta forma de violência situam-se entre os 35% (Glass, Laughon, Rutto, Bevacqua, & Campbell, 2008) e os 56.4% (Campbell et al., 2003).

Quanto à violência psicológica ou emocional, que como se fez referência supra, compreende um leque alargado de comportamentos, vários estudos identificaram as ameaças de morte e com armas por parte do agressor, as quais, segundo vários autores (Campbell et al., 2003; Campbell et al., 2007), estão associadas a um risco substancialmente maior de femicídio. A prevalência de ameaças de morte na literatura sobre o femicídio vai desde os 49.6% (Almeida, 2012) aos 78.3% (Koziol-McLain et al., 2006) e as taxas de prevalência de ameaças com armas situam-se entre os 30% (Glass, Laughon, Rutto, et al., 2008) e os 55.6% (Koziol-McLain et al., 2006). Dois estudos (Campbell et al., 2003; Koziol-McLain et al., 2006) mencionam, ainda, com taxas de prevalência muito semelhantes, as injúrias do agressor para rebaixar a vítima (77.8% e 74.6%), as ameaças de morte à família (33.8% e 33.3%) e as ameaças por parte do agressor de que iria magoar as crianças (18.5% e 19.7%). Ademais, Koziol-McLain e colaboradores (2006) descrevem a prevalência das ameaças de suicídio prévias por parte do parceiro (51%), as quais, segundo os autores, constituem um fator de risco específico para o femicídio seguido de suicídio. Moracco e colaboradores (1998) constataram no seu estudo que 83.4% das vítimas foram ameaçadas pelo agressor, sem especificar o tipo de ameaças.

Conforme o estudo de McFarlane, Campbell, Sharps e Watson (2002), as mulheres que relatam maus tratos durante a gravidez têm uma probabilidade três vezes maior de serem vítimas de femicídio, sendo, por isso, um fator de risco de femicídio significativo. Vários estudos identificaram a percentagem de vítimas de femicídio que sofreram maus tratos durante

a gravidez, a qual varia entre 11.1% (Moreschi, Da Broi, Zamai, & Palese, 2016) e 25.8% (Campbell et al., 2003). Outros estudos (Abrahams et al., 2009; Abrahams, Mathews, Martin, Lombard, & Jewkes, 2013; McFarlane, Campbell, et al., 2002) constataram que entre 2.4% a 5% das mulheres foram mortas enquanto grávidas, concluindo que o femicídio constitui uma importante causa de mortalidade materna (McFarlane, Campbell, et al., 2002).

Relativamente à prevalência de relações sexuais forçadas, comportamento significativamente associado a um risco acrescido de femicídio (Campbell et al., 2003), as taxas observadas variam significativamente, de 11.1% (Moreschi et al., 2016) a 57.1% (Campbell et al., 2003). Devemos sublinhar que, no estudo com maior prevalência, houve cerca de um terço de respostas “não sei” dos *proxies* quanto à presença de relações sexuais forçadas entre o agressor e a vítima (Campbell et al., 2003), sendo que as prevalências apresentadas pressupõem uma equivalente distribuição das omissões pela presença e ausência destes comportamentos, o que poderá estar na origem de taxas de prevalência inflacionadas e menos representativas da realidade.

No que concerne aos comportamentos de *stalking* por parte do agressor antes do femicídio, as taxas de prevalência identificadas na literatura variam significativamente, desde 16.7% (Moreschi et al., 2016) a 76% (McFarlane et al., 1999). Conforme o estudo com a maior taxa de prevalência verificada (McFarlane et al., 1999), o comportamento de *stalking* mais relatado foi “ser seguida ou espiada”. Outros comportamentos relatados por quase metade das mulheres foram o agressor “ficar sentado no carro perto da sua casa ou local de trabalho” e “receber chamadas telefônicas indesejadas”. Os autores constataram ainda que dos *proxies* que relataram existência de agressões físicas pelo agressor, 89% também relataram comportamentos de *stalking*. Assim, segundo os autores, se uma vítima de femicídio foi fisicamente agredida antes do homicídio, é provável que também tenha sido vítima de *stalking*. No estudo de McFarlane, Campbell e Watson (2002), concluíram que as mulheres que tinham sido “seguidas

ou espiadas” nos últimos 12 meses tinham uma probabilidade três vezes maior de serem vítimas de femicídio ou de tentativa de femicídio que as mulheres sem estas experiências de *stalking*.

Por fim, alguns estudos identificaram a prevalência de comportamentos controladores pelo parceiro, como controlar as amizades da vítima e quando pode ver a sua família, o dinheiro que pode usar ou quando pode levar o carro (Campbell et al., 2009). As taxas de prevalência observadas são bastante elevadas, de 65.9% (Campbell et al., 2003) a 81% (Glass, Laughon, Rutto, et al., 2008), indiciando a utilização muito frequente desses comportamentos pelos agressores. Num destes estudos (Glass, Laughon, Rutto, et al., 2008), concluíram que os comportamentos controladores aumentavam aproximadamente para o dobro a probabilidade das adolescentes ou jovens adultas serem vítimas de femicídio, comparativamente com mulheres adultas. Nestes casos, o estágio de desenvolvimento cognitivo e psicossocial pode levar as adolescentes ou jovens adultas a interpretar erradamente os comportamentos violentos como atos de amor ou profundo compromisso (Seimer, 2004), possivelmente normalizando o comportamento e minimizando o seu impacto. Por último, de acordo com outro estudo (Campbell et al., 2003), a combinação de um agressor altamente controlador com a separação do casal aumenta nove vezes a probabilidade de a relação culminar em femicídio.

Através da revisão sistemática da literatura desenvolvida no Artigo 1, que integra a presente dissertação, foi possível apurar que, no geral, os estudos com menores taxas de prevalência das diversas formas de violência são aqueles que recolheram informação mediante a consulta de processos-crime (e.g., Eke et al., 2011; Moreschi et al., 2016), comparativamente com os que conduziram entrevistas com *proxies* das vítimas (e.g., McFarlane et al., 1999; Koziol-McLain et al., 2006) ou com os polícias que investigaram os casos de femicídio (e.g., Moracco et al., 1998).

Os estudos que recorreram à consulta processual estão limitados à informação existente nos processos-crime, a qual pode variar tremendamente consoante a extensão da investigação

necessária para resolver o caso. Neste sentido, conforme Dutton e Kerry (1999), o histórico de violência nas relações íntimas tende a estar subreportado nos registos judiciais. Além disso, alguns autores identificaram inconsistências na inquirição sobre o histórico de violência nas relações íntimas (Abrahams et al., 2009) e uma certa ausência de informação sobre determinados fatores de risco, como o *stalking*, as relações sexuais forçadas e os maus tratos durante a gravidez (Almeida, 2012).

Já os estudos que recorreram a entrevistas com *proxies* das vítimas, apesar de obterem mais informação a respeito da relação entre o agressor e a vítima, em comparação com estudos que recolheram os dados apenas com base na análise documental, também estão dependentes da disponibilidade dos *proxies*, cujo conhecimento sobre o agressor, a vítima e a relação entre estes pode variar notavelmente (Campbell et al., 2003; Glass, Laughon, Campbell, et al., 2008; Glass, Laughon, Rutto, et al., 2008). Salienta-se também a impossibilidade de contactar *proxies* para todos os casos de femicídio, os quais podem ter envolvido os agressores mais perigosos ou os casais mais isolados (Sharps et al., 2001).

Kivisto (2015) sugere ainda outros fatores que podem contribuir para a variabilidade na prevalência identificada entre estudos, tais como o momento em que se procura a informação (e.g., os agressores antes do julgamento podem minimizar a violência prévia, comparativamente com aqueles já condenados), o contexto (e.g., homens condenados por femicídio em situação de reclusão em prisões vs reclusos em estabelecimentos psiquiátricos) ou a própria operacionalização da violência (e.g., considerar incidentes de violência doméstica vs detenções por violência doméstica).

Ainda assim, apesar da variabilidade observada entre estudos quanto às taxas de prevalência das várias formas de violência antes do femicídio, estas atingem valores preocupantemente elevados, o que nos permite considerar o histórico de violência nas relações íntimas um relevante fator de risco de femicídio.

Adicionalmente, Nicolaidis e colaboradores (2003), não obstante terem verificado que 67% das vítimas da sua amostra apresentava um histórico de abuso físico ou sexual repetido, relataram que a gravidade e a frequência dos abusos variavam drasticamente entre casos, desde empurrões ou bofetadas ocasionais a agressões com lesões frequentes ou potencialmente fatais. Nesse sentido, Dixon, Hamilton-Giachritsis e Browne (2008), após constatarem que nem todos os feticidas no seu estudo exerceram violência sobre a parceira antes do homicídio, sublinham a importância de explorar aprofundadamente a relação entre a gravidade da violência conjugal e a letalidade.

Paralelamente, Goussinsky e Yassour-Borochowitz (2012) consideram essencial indagar sobre os motivos subjacentes às várias formas de violência contra as mulheres e ao feticídio para o desenvolvimento de instrumentos de avaliação de risco mais precisos, para melhorar a prevenção e criar programas de intervenção mais eficazes.

Considerando o impacto social e familiar da violência contra as mulheres e, mais especificamente, do feticídio, bem como a disparidade entre as estimativas de prevalência de violência nas relações íntimas prévias ao feticídio, julgamos ser imprescindível discriminar e avaliar a prevalência, frequência e gravidade das várias formas de violência prévias nas relações íntimas.

Assim, o objetivo geral do presente estudo é aprofundar o conhecimento científico sobre o feticídio e as diferentes formas de violência prévias em relações íntimas abusivas que culminaram com a morte da mulher.

Os seus objetivos específicos são: (1) caracterizar os agressores, as vítimas e a relação entre estes, assim como os principais fatores de risco, o comportamento homicida e a dinâmica criminal; (2) identificar as formas de violência prévias ao feticídio (física, psicológica/emocional, sexual, *stalking* e comportamentos controladores), explorando a sua

prevalência, gravidade e momento em que ocorrem na relação, e (3) investigar as motivações subjacentes ao femicídio.

Em última análise, pretende-se com este trabalho contribuir para o esclarecimento do papel das diferentes formas de violência prévia nas relações de intimidade como fatores de risco de femicídio, tanto na comunidade científica como nos profissionais que intervêm junto das vítimas e agressores, nomeadamente através do aperfeiçoamento das práticas de avaliação de risco de violência letal e, conseqüentemente, contribuir para a prevenção deste crime especialmente violento.

Metodologia

Amostra

Para a operacionalização dos objetivos do estudo, dos 35 casos de femicídio consultados, cometidos entre 2010 e 2015, na zona da Grande Lisboa, foram selecionados apenas aqueles que apresentavam histórico de violência do agressor sobre a vítima antes do femicídio (71.4%, $N = 25$) para análise.

Caracterização sociodemográfica dos agressores e vítimas. A idade média dos agressores era de 49.4 anos de idade (min. = 29, máx. = 83, DP = 16.2) e a das vítimas de 43.3 anos (mín.= 20, máx.= 88, DP = 18.1). Tanto os agressores como as vítimas eram maioritariamente de raça caucasiana e de nacionalidade portuguesa (Tabela 1).

Quanto à situação profissional, a maioria dos agressores (44%) estavam ativos profissionalmente à data do femicídio, sendo 32% trabalhadores na área da construção civil, 24% trabalhavam na área dos serviços (e.g., cozinheiro, comerciante), 20% eram motoristas e 12% desempenhavam profissões qualificadas (e.g., tradutor, gerente). Mais de metade das vítimas (52%) eram empregadas de limpeza ou domésticas, 20% trabalhavam na área dos

serviços (e.g., cozinheira, comerciante) e 16% tinham profissões qualificadas (e.g., dentista, jornalista).

Tabela 1

Características sociodemográficas dos agressores e vítimas

		Agressores	Vítimas
		<i>n</i> (%)	<i>n</i> (%)
Idade (anos)	20 - 29	1 (4)	6 (24)
	30 - 39	7 (28)	7 (28)
	40 - 49	6 (24)	6 (24)
	50 - 59	5 (20)	2 (8)
	≥ 60	6 (24)	4 (16)
Raça	Caucasiana	20 (80)	21 (84)
	Negra	4 (16)	4 (16)
	Valores omissos	1 (4)	0
Nacionalidade	Portuguesa	19 (76)	15 (60)
	Guineense	2 (8)	2 (8)
	Cabo-verdiana	2 (8)	2 (8)
	Brasileira	1 (4)	3 (12)
	Romena	1 (4)	1 (4)
	Moçambicana	0	1 (4)
Situação profissional	Ativo/a	11 (44)	14 (56)
	Desempregado/a	8 (32)	8 (32)
	Reformado/a	5 (20)	2 (8)
	Valores omissos	1 (4)	1 (4)
Habilitações literárias	Sem escolaridade	2 (8)	0
	1º ciclo	4 (16)	0
	2º ciclo	4 (16)	5 (20)
	3º ciclo	6 (24)	1 (4)
	Secundário	2 (8)	2 (8)
	Formação superior	1 (4)	2 (8)
	Valores omissos	6 (24)	15 (60)

Medidas de Avaliação

O presente estudo utiliza uma metodologia mista, analisando os dados recolhidos de forma quantitativa e qualitativa. Esta última foi realizada mediante a análise de conteúdo da informação obtida através da consulta processual, designadamente quanto aos dados respeitantes às várias formas de violência prévia ao femicídio.

Para a sistematização da informação constante nos processos judiciais foi utilizada uma grelha de recolha de variáveis, desenvolvida com base na revisão de literatura científica sobre o femicídio (Almeida, 2012; Bourget et al., 2010; Campbell et al., 2003; Campbell et al., 2007; Contreras, 2014; Elisha et al., 2010; Kivisto, 2015; Miner et al., 2012). A partir desta foram codificados os dados sociodemográficos do agressor e da vítima (idade, raça, nacionalidade, profissão, habilitações literárias), os fatores gerais de risco de violência (antecedentes criminais, histórico de consumo de substâncias, antecedentes psiquiátricos/psicológicos, acesso a armas de fogo), a informação sobre a relação agressor-vítima (formas de violência prévia ao femicídio, tipo de relação, existência de processo de separação, número de filhos) e, por fim, as características do comportamento homicida e da dinâmica criminal (local do crime, existência de outras vítimas, arma utilizada, motivação, premeditação, pena aplicada ao agressor).

Procedimento

Primeiramente, a partir da revisão de literatura científica sobre a temática do femicídio, foi desenvolvida uma grelha de recolha de variáveis para sistematizar a recolha de dados dos processos judiciais.

De seguida, com recurso à grelha referida supra, procedeu-se à consulta dos processos judiciais (análise documental) dos homicídios praticados por indivíduos do sexo masculino contra a sua parceira íntima (atual ou pretérita), entre 2010 e 2015, na zona da Grande Lisboa. A consulta processual decorreu entre janeiro e novembro de 2016 no Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa, no Tribunal de Sintra e no Tribunal de Loures.

Por fim, efetuou-se o tratamento estatístico dos dados recolhidos através do *software* de análise estatística *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), versão 24. No que diz respeito ao histórico de violência prévia, procedeu-se à análise de conteúdo da informação constante nos processos consultados.

O presente estudo foi submetido à validação da Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa e obteve parecer favorável. Este decorreu no âmbito de um projeto de investigação do Gabinete de Psicologia e Seleção da Escola de Polícia Judiciária sobre a temática do homicídio no contexto familiar, pelo que a utilização dos dados resultantes da consulta a processos-crime de homicídio contra mulheres, foi autorizada pela coordenadora do respetivo projeto (anexo A).

Da consulta dos processos foram recolhidos os dados estritamente necessários à realização da investigação e os mesmos foram mantidos confidenciais. Os processos foram identificados pelo número único de identificação do processo-crime (NUIPC) e apenas durante a fase de recolha de informação. Daí adiante, os dados foram transformados em informação numérica, tornando impossível a identificação dos participantes, assegurando assim o seu anonimato.

Resultados

Com base na informação recolhida mediante a consulta dos processos judiciais, analisam-se os casos de relacionamentos de intimidade com histórico prévio de violência que culminaram no femicídio ($N = 25$).

Caracterização da Relação Agressor-Vítima

Quanto ao tipo de relação entre o agressor e a vítima, 56% mantinham uma relação íntima (cônjuges, companheiros ou namorados) e 44% eram ex-companheiros ou ex-namorados. A duração média da relação entre o agressor e a vítima foi de 14.5 anos (DP = 15.1), a mínima de 15 meses e a máxima de 60 anos. Estavam em processo de separação em mais de metade dos casos (60%) e sempre por iniciativa da vítima, sendo que, em 64.3% desses casos, o femicídio ocorreu no prazo de dois meses desde a separação ou pedido de separação.

A maioria das vítimas (52%) tinha filhos do relacionamento com o agressor, 24% tinham filhos de um relacionamento anterior e 16% não tinham filhos (Tabela 2).

Tabela 2

Caracterização da relação agressor-vítima (N = 25)

		%	n
Tipo de relação	Cônjuges	40	10
	Companheiros	12	3
	Namorados	4	1
	Ex-companheiros	40	10
	Ex-namorados	4	1
Duração da relação (anos)	< 5	16	4
	5-9	32	8
	10-19	12	3
	≥ 20	20	5
	Valores omissos	20	5
Em processo de separação	Sim	60	15
	Não	32	8
	Valores omissos	8	2
Tempo entre separação e femicídio (meses)	< 2	36	9
	2-6	8	2
	> 6	12	3
	Valores omissos	44	11
Filhos em comum	Sim	52	13
	Não	28	7
	Valores omissos	20	5
Filhos da vítima de um relacionamento anterior	Sim	24	6
	Não	20	5
	Valores omissos	56	11

Fatores de Risco de Femicídio

A maioria dos agressores (56%) apresentava histórico de abuso de substâncias, nomeadamente de álcool (32%), estupefacientes (16%) (e.g., haxixe, cocaína, heroína) e os restantes (8%) apresentavam consumos de ambos os tipos de substâncias. Apenas três agressores (12%) apresentavam algum tipo de psicopatologia, designadamente depressão (4%), esquizofrenia (4%) e no outro caso (4%) o agressor apresentava antecedentes, mas sem diagnóstico. Quanto a condenações anteriores, 36% já tinham sido condenados previamente,

alguns por outros crimes como tráfico de estupefacientes, falsificação de documento, roubo ou condução sem habilitação legal, mas também por homicídio ($n = 2$, 8%). Por último, 36% dos agressores tinha acesso a arma de fogo (Tabela 3).

Tabela 3

Fatores de risco de femicídio associados ao agressor (N = 25)

		%	n
Abuso de substâncias	Sim	56	14
	Não	16	4
	Valores omissos	28	7
Antecedentes psiquiátricos/psicológicos	Sim	12	3
	Não	12	3
	Valores omissos	64	16
Condenações anteriores	Sim	36	9
	Não	48	12
	Valores omissos	16	4
Posse/acesso a arma de fogo	Sim	36	9
	Não	4	1
	Valores omissos	60	15

Caracterização do Comportamento Homicida e da Dinâmica Criminal

No que respeita ao tipo de femicídio (Tabela 4), verificou-se que seis agressores (24%) se suicidaram após o homicídio e que um (4%) tentou o suicídio, tendo sido socorrido atempadamente. Três casos (12%) envolveram uma outra vítima para além da mulher, designadamente um feto (8%) em dois casos e, no outro, o enteado do agressor (4%).

Os femicídios ocorreram sobretudo no domicílio do casal (36%), no domicílio da vítima (24%) ou na via pública (20%). Mais de metade dos crimes (60%) foram cometidos com recurso a arma branca (44% faca de cozinha, 4% utensílios domésticos, 4% machado e 4% catana), 28% com arma de fogo (12% pistola, 8% caçadeira e 4% revólver) e 12% utilizaram a força física (8% estrangulamento e 4% esganadura).

Pelo menos 40% dos agressores estavam sob o efeito de substâncias durante o homicídio (24% álcool, 12% drogas e 4% medicação antidepressiva) e 16% estavam presumivelmente

sóbrios. Foram apurados indícios de premeditação ou planeamento do crime em mais de metade dos casos (52%).

Nos 25 casos analisados, as motivações subjacentes ao femicídio foram: a suspeição por parte do homicida de infidelidade da mulher/ciúme sexual (40%); o desejo de separação por parte desta (28%); uma discussão entre o agressor e a vítima que precedeu a agressão fatal (20%); um problema de saúde da vítima (4%); um motivo económico (a vítima alegadamente devia dinheiro ao agressor) e no restante caso não foi possível esclarecer a motivação subjacente.

Tabela 4

Caracterização do comportamento homicida e da dinâmica criminal

		%	<i>n</i>
Tipo de femicídio	Sem suicídio	72	18
	Seguido de suicídio	24	6
	Seguido de tentativa de suicídio	4	1
Existência de outras vítimas	Sim	12	3
	Não	88	22
Local do crime	Domicílio agressor-vítima	36	9
	Domicílio vítima	24	6
	Via pública	20	5
	Local de trabalho da vítima	12	3
	Domicílio agressor	8	2
Arma utilizada	Arma branca	60	15
	Arma de fogo	28	7
	Força física	12	3
Agressor sob efeito de substâncias durante o crime	Sim	40	10
	Não	20	5
	Valores omissos	40	10
Motivação	Suspeição por parte do agressor de infidelidade da mulher	40	10
	Desejo de separação por parte da mulher	28	7
	Na sequência de discussão	20	5
	Problemas de saúde da vítima	4	1
	Dívidas da vítima para com o agressor	4	1
	Valores omissos	4	1
Premeditação/Planeamento	Sim	52	13
	Não	40	10
	Valores omissos	8	2
Vítima grávida aquando do femicídio	Sim	8	2
	Não	92	23

No que diz respeito às consequências jurídico-penais dos femicídios analisados, seis casos (24%) não resultaram em condenação, em virtude do suicídio posterior do homicida, e nos restantes casos ($n = 19$, 76%) a condenação foi de pena de prisão efetiva. A média das penas foi de 19.1 anos (DP = 3.34), sendo que a pena mínima foi de 10 anos e a máxima de 25 anos.

Histórico de Violência Prévia ao Femicídio sobre a Vítima

A Tabela 5 apresenta a prevalência observada das diversas formas de violência prévia sobre a vítima (física, psicológica, sexual, *stalking* e comportamentos controladores). Salienta-se que quase metade das vítimas (48%) já tinham apresentado queixa às autoridades por violência doméstica antes do feticídio.

Tabela 5

Prevalência das diversas formas de violência prévia (N = 25)

		%	<i>n</i>
Violência física	Sim	60	15
	Não	12	3
	Valores omissos	28	7
Estrangulamento não letal		16	4
Violência psicológica/emocional	Sim	84	21
	Não	0	0
	Valores omissos	16	4
Ameaças de morte à vítima		68	17
Insultos/humilhações		40	10
Ameaças de suicídio		28	7
Ameaças de morte a familiares		28	7
Ameaças com armas		28	7
<i>Stalking</i>	Sim	48	12
	Não	16	4
	Valores omissos	36	9
Perseguir		32	8
Aparecer em locais frequentados pela vítima		24	6
Vigiar		20	5
Vasculhar ou apoderar-se de objetos pessoais		16	4
Tentar entrar em contacto		12	3
Enviar mensagens ameaçadoras		8	2
Vandalizar/destruir algum objeto importante		8	2
Invadir propriedade/forçar entrada em casa		4	1
Comportamentos controladores	Sim	20	5
	Não	0	0
	Valores omissos	80	20
Controlar a vida social		16	4
Controlar a vida profissional		12	3
Controlo financeiro		8	2
Violência sexual	Sim	4	1
	Não	12	3
	Valores omissos	82	21

Análise de Conteúdo das Formas de Violência Prévia ao Femicídio. De seguida, a partir da análise de conteúdo da informação constante nos processos-crime, procede-se a uma análise detalhada de cada forma de violência, apresentando-se exemplos reais extraídos dos processos consultados, os quais proporcionam uma visão mais completa e autêntica da violência no seio das relações íntimas.

Violência física. Mais de metade (60%) das vítimas foram alvo de violência física por parte do agressor antes do homicídio. Essa violência física, tal como é referido na literatura científica, pode variar consideravelmente em termos de gravidade e consequentes lesões (Tabela 6). Ainda assim, ressalta-se que, dos 15 casos em que houve agressões físicas prévias ao feticídio, estas foram maioritariamente de uma violência extrema (66.7%, $n = 10$), compreendendo incidentes de estrangulamento não letal (16%), espancamentos ou agressões que resultaram em lesões que exigiram a hospitalização da vítima (e.g., fraturas ou feridas incisivas que tiveram de ser suturadas). Não foi possível determinar a gravidade das agressões físicas em dois casos (8%).

Tabela 6

Dimensões qualitativas de violência física

<p>Violência moderada (8%, n = 2) (bofetadas/chapadas/empurrões, sem ferimentos)</p>	<p>“Um dia, após mais uma discussão entre o arguido e a vítima, e aquele ter desferido duas bofetadas nesta, factos que deram origem a uma queixa por violência doméstica, separaram-se.” (caso 1)</p> <hr/> <p>“As agressões do seu pai [agressor] para a mãe [vítima], não a deixavam frequentemente com marcas físicas, estas eram raras, contudo psicologicamente a sua mãe encontrava-se cada vez mais debilitada com todo o tipo de agressões” (caso 2)</p>
<p>Violência grave (4%, n = 1) (murros/pontapés, com escoriações, hematomas)</p>	<p>“A vítima estava no quarto onde dormia com os filhos (...), tendo entrado no quarto o denunciado [ora agressor] e disferiu-lhe um murro no nariz tendo a vítima ficado de imediato a sangrar.” (caso 3)</p>
<p>Violência extrema (40%, n = 10) (estrangulamento/espancamento/agressões com armas, com lesões graves ou que tenham exigido hospitalização)</p>	<p>“Que a última vez que foi agredida foi há três semanas, pois ele [agressor] empurrou-a da cama e esta caiu, magoando-se ao ponto de ter deixado de urinar, tendo mesmo recorrido ao médico particular para ser tratada. [A vítima] salienta que era agredida com murros, chapadas, empurrões, puxões de cabelos, bem como pontapés. Recorda que por vezes o denunciado [agressor] a fazia cair e depois a pontapeava até se fartar.”</p> <p>“A ofendida [vítima] afirmou que um dia, quase à noite, encontrava-se sentada na cama do quarto do casal. Entretanto, o denunciado [agressor] chegou junto de si, já bêbado, e sem mais nem menos, com bastante força apertou-lhe o pescoço com duas mãos. A ofendida ficou com muitas dores, tendo andado alguns dias a cuspir sangue e com dores de garganta.” (caso 4)</p> <hr/> <p>“Na sequência de uma discussão motivada por o arguido ter batido no filho de ambos [do casal], este desferiu uma chapada e um murro na face da companheira e atirou-lhe com garrafas, copos de vidro, uma cadeira e com outros objetos, tendo-lhe acertado com um deles na cabeça. A dada altura (...) [a vítima] desfaleceu, caindo ao solo, continuando o arguido a desferir-lhe pontapés por todo o corpo.” (caso 5)</p>
	<p>A madrasta da vítima referiu: “Numa das separações do casal, o agressor partiu a cabeça à vítima.” (caso 6)</p>

Identificou-se um conjunto de indicadores qualitativos que demonstram um aumento da frequência e/ou gravidade das agressões até ao femicídio em 34.3% dos casos ($n = 12$), de que os excertos na Tabela 7 são exemplos claros.

Tabela 7

Indicadores qualitativos do aumento da frequência e/ou gravidade das agressões

*“Inicialmente [o agressor] agredia apenas verbalmente. As agressões físicas começaram há cerca de 1 ano atrás. **Primeiro umas bofetadas, depois, a vítima confessou a amigos próximos ter levado algumas tareias.**”*

(caso 7)

“O arguido tem vindo a praticar os atos em crescendo, sendo que os ataques à vítima foram cada vez menos espaçados no tempo e com sequelas maiores.” (caso 8)

*“A vítima refere na queixa de violência doméstica que sofria ameaças constantes, para além de agressões físicas. Contudo, estas últimas **agravaram-se nos meses antes do homicídio.**”* (caso 9)

Violência psicológica. É a forma de violência mais frequente, presente em quase todas as relações violentas analisadas (84%). A gravidade desta forma de violência também varia significativamente entre casos, desde insultos ou humilhações (40%) a ameaças de morte à vítima (68%) ou ameaças com armas (28%). As ameaças de suicídio por parte do agressor e de morte a familiares foram ambas identificadas em 28% da amostra, sendo que em 71.4% desses casos se verificaram os dois tipos de ameaças em simultâneo, situação exemplificada na Tabela 8.

Tabela 8

Dimensões qualitativas de violência psicológica

Insultos (40%)	<p>“Na véspera do homicídio, a filha de ambos [do agressor e da vítima], refere que o seu pai passou a festa toda a ingerir bebidas alcoólicas, o que levou a que começasse a provocar a ora depoente e a sua mãe (...) que primeiro começou a importuná-la devido à roupa que trazia e depois por estar a tirar a carta de condução.” (caso 10)</p> <p>Numa queixa por VD: “Que [o agressor] frequentemente lhe chama nomes, tais como puta, e diz que anda a ter relações com outro homem. (...) a vítima presenciou uma conversa do arguido ao telefone, na qual, disse: ‘a minha mulher é um monte de merda, não manda nada’.” (caso 4)</p>
Ameaças de morte à vítima (68%)	<p>“Por diversas vezes, o arguido disse que havia de ‘reventar com o café [do qual a vítima era proprietária] e dar-lhe um tiro nos cornos.’ (caso 10)</p> <p>“O filho do casal ouviu várias vezes o seu pai dizer que ela [a vítima] havia de pagar, dizendo mesmo que se não a matasse lhe partia as pernas.” (caso 11)</p>
Ameaças com armas (28%)	<p>“[A vítima] nunca tivera coragem de fazer queixa do arguido porque temia pelo que o mesmo pudesse fazer, pois este chegou mesmo a ameaçá-la de morte, empunhando uma faca de cozinha que lhe apontou.” (caso 9)</p> <p>Mensagem do filho da vítima (também vítima de homicídio) para uma amiga, 20 dias antes do duplo homicídio: “Tenho andado completamente fora de mim ainda hoje sai da faculdade a correr porque a minha mãe me ligou a dizer que ele estava ao pé do trabalho dela e que tinha arranjado outra arma.” (caso 12)</p>
Ameaças de suicídio e de morte a familiares (em simultâneo em 20% da amostra)	<p>“A mãe [da vítima] diz que teme pela segurança do seu neto, uma vez que o agressor já ameaçou algumas vezes que se iria suicidar, mas que também iria matar o próprio filho.” (caso 1)</p> <p>Numa queixa por VD: “A vítima comunicou que o seu companheiro disse que se ia suicidar, mas que ia levar juntamente o filho.” (caso 12)</p> <p>O filho do casal referiu: “O pai [agressor] tinha uma pistola com a qual já havia ameaçado suicidar-se e que ameaçava igualmente utilizá-la contra os familiares.” (caso 13)</p>

Stalking. Cerca de metade das vítimas (48%) sofreram *stalking* pelo agressor antes do femicídio. Os comportamentos de *stalking* mais frequentemente verificados foram o “perseguir” (32%), o “aparecer em locais frequentados pela vítima” (24%) e o “vigiar” (20%). Na maioria dos casos com *stalking* (83.3%, $n = 10$) observou-se a existência de pelo menos dois comportamentos. O último exemplo representado na Tabela 9 (caso 10), compreende em

simultâneo os três comportamentos de *stalking* mais frequentemente observados, situação verificada em dois casos (8%).

Tabela 9

Dimensões qualitativas de comportamentos de stalking

Perseguir (32%)	A irmã da vítima [ex-cunhada do agressor] referiu: “o arguido entrou num processo de autodestruição tendo-lhe mesmo sugerido uma consulta psiquiátrica que o arguido recusou, iniciando um percurso de perseguição e ameaças à ex-mulher (...)” (caso 14)
Tentar entrar em contacto (12%)	“Após a separação, a pretexto de falar sobre o filho, o arguido telefonou diversas vezes, durante várias horas e dias, para o telemóvel da vítima, para o telefone do escritório desta e para o telefone fixo da residência dos pais desta. Entre outubro de 2010 e abril de 2011 (...), o arguido enviou cerca de 600 mensagens escritas para o telemóvel da vítima.” (caso 1)
Vigiar (20%)	“Baseado na desconfiança que a vítima mantinha relacionamentos amorosos extraconjugais, o arguido instalou nos computadores de casa e no computador, sem esta saber, um programa que corria por detrás de todos os programas e funcionava secretamente, permitindo que o arguido observasse todos os movimentos realizados pela vítima, já que no computador do arguido aparecia uma cópia integral de tudo o que acontecia no ecrã do computador da vítima.” (caso 1)
Aparecer em locais frequentados pela vítima; perseguir e vigiar (em simultâneo em 8% da amostra)	“O arguido lembra que há uns meses atrás escondeu-se nas imediações do café da vítima e verificou que após o fecho do estabelecimento a sua ex-companheira, acompanhada por um indivíduo do sexo masculino, deslocaram-se para o Casino do Estoril e depois ter-se-ão deslocado para lugar ermo para terem relações sexuais.” (caso 10)

Comportamentos controladores. Apurou-se a existência de comportamentos controladores por parte do agressor em 20% dos casos, os quais estavam relacionados com o controlo da vida social (16%) e profissional (12%) da vítima e o controlo financeiro (8%). No último exemplo da Tabela 10 (caso 7), o agressor era extremamente controlador em relação às diversas áreas (familiar, social e profissional) da vida da sua parceira.

Tabela 10

Dimensões qualitativas de comportamentos controladores

Controlo da vida social (16%)	Uma amiga da vítima descreveu o agressor como: “(...) <i>uma pessoa muito dominadora, que evitava que a [vítima] se relacionasse com outras pessoas, para a poder controlar, insinuando que as pessoas com quem ela se relacionava eram falsas.</i> ” (caso 8)
Controlo financeiro (8%)	“ <i>Que o denunciado lhe controla o dinheiro e atualmente não lhe dá dinheiro nem para comer (...) afasta o móvel que tapa a passagem da habitação para o anexo [onde a vítima habitava] e vai lá ofender a denunciante e retirar-lhe os pertences.</i> ” (caso 4)
Controlo da vida social e profissional (em simultâneo em 12% da amostra)	“ <i>A vítima começou a confidenciar à depoente [amiga] que se sentia triste, pois o ... [agressor] era muito controlador (...) Fazia uma enorme pressão para que ela deixasse de trabalhar, pois não lhe agradavam os relacionamentos que ela ia desenvolvendo profissionalmente e, como tal, e apesar de não ter qualquer ocupação, recusava-se a ajudá-la nas tarefas domésticas, bem como nas tarefas relacionadas com o filho, nomeadamente em ir levar e trazer o menino ao infantário, para deste modo lhe criar dificuldades em cumprir o horário laboral, com o objetivo de ela ser despedida.</i> ” (caso 15)
Controlo financeiro, da vida social e profissional (em simultâneo em 4% da amostra)	“ <i>O arguido controlava as redes sociais da vítima, as pessoas com quem se podia dar e os locais que podia frequentar. Ia buscá-la e levá-la ao trabalho para a controlar. Para além disso, controlava as contas bancárias e os gastos que fazia, o que comia e vestia.</i> ” (caso 7)

Violência sexual. Apenas se observou a existência de relações sexuais forçadas num caso (4%), cuja única informação constava numa queixa por violência doméstica (cuja motivação foi a ocorrência de outras formas de violência) e onde foi referida somente de forma superficial.

Múltiplas formas de violência. A grande maioria dos casos (80%) apresentavam mais de uma forma de violência, destacando-se a concomitância de violência física, psicológica e stalking em 24% da amostra. Estes são casos com níveis de violência particularmente elevados, em que o agressor era extremamente controlador e em que a violência era dirigida também a outras pessoas próximas da vítima (cf. Tabela 11). Não se apuraram quaisquer casos apenas com *stalking* ou apenas com comportamentos controladores, ou seja, nos casos em que estas

formas de violência foram exercidas, verificaram-se também outros tipos de violência (física e/ou psicológica).

Tabela 11

Múltiplas formas de violência (física + psicológica + stalking)

Conforme o pai da vítima: “*Há cerca de 2 meses antes do homicídio, a sua filha passou a viver em sua casa pois dizia que o agressor era violento para com ela (...) a sua filha **foi perseguida pelo agressor, no comboio da linha de Sintra quando aquela se dirigia para casa, tendo começado a insultá-la e agredindo-a na frente dos passageiros (...)** Cerca de uma semana antes do homicídio, o arguido pegou fogo à residência onde aquele vivera com a vítima. [SMS que o arguido terá enviado à vítima]: “**Agora que eu te mato mesmo (...)**” (caso 9)*

O pai da vítima referiu: “*Por diversas vezes, [o agressor] **perseguiu a vítima, a chegou a agredir e que chegou inclusive a sequestrá-la e ao menino [filho do casal] e que por diversas vezes ameaçou a vítima de morte, dizendo que se ela não ficasse com ele não ficaria com mais ninguém e que a seguir iria acabar com a empresa do depoente e matá-lo bem como à restante família.**”*

“*O relacionamento do casal foi-se deteriorando de tal forma devido ao comportamento obsessivo do agressor para com a vítima, tendo terminado após um dia este **a ter ido buscar à estação de comboio, a agarrado pelos cabelos e a obrigado a entrar no carro dele, contra a sua vontade. Que na viatura já se encontrava o filho de ambos e que o agressor arrancou com a vítima em direção à autoestrada em alta velocidade, tendo ameaçado a vítima de morte, bem como, o filho deles. Segundo o que a vítima lhe relatou, o agressor durante o trajeto agrediu-a diversas vezes e estava de tal modo alterado que partiu o tablier do carro, ao murro.**”* (caso 1)

Momento da relação em que se verificou a violência. Nos casos em que foi possível determinar o momento em que a vítima começou a ser alvo de violência por parte do agressor, esta iniciou-se sobretudo depois da vítima solicitar a separação ou após recusar uma reaproximação por parte do agressor. Todavia, há casos em que o início da violência esteve alegadamente relacionado com questões ao nível familiar (e.g., nascimento de um filho ou a descoberta de uma doença oncológica do filho do casal) ou profissional (e.g., desemprego do agressor). Julgamos pertinente destacar que a violência física foi identificada principalmente no decorrer da relação, bem como os comportamentos controladores do agressor, enquanto o *stalking* surge mais frequentemente apenas após a separação (Tabela 12).

Tabela 12

Momento da relação em que as várias formas de violência se verificaram

	Durante a relação	Durante a relação e após a separação	Após a separação
Violência Física (<i>n</i> = 15)	66.6% (<i>n</i> = 10)	33.3% (<i>n</i> = 5)	0%
Violência psicológica/emocional (<i>n</i> = 20)	35% (<i>n</i> = 7)	35% (<i>n</i> = 7)	30% (<i>n</i> = 6)
Stalking (<i>n</i> = 12)	33.3% (<i>n</i> = 4)	8.3% (<i>n</i> = 1)	58.3% (<i>n</i> = 7)
Comportamentos controladores (<i>n</i> = 5)	80% (<i>n</i> = 4)	0%	20% (<i>n</i> = 1)
Violência sexual (<i>n</i> = 1)	100% (<i>n</i> = 1)	0%	0%

Discussão

O histórico de violência prévia constitui um importante fator de risco de femicídio. Em 71.4% dos casos consultados, o agressor já tinha exercido algum tipo de violência sobre a vítima antes do homicídio, valor próximo ao verificado noutros estudos sobre a temática (Dutton & Kerry, 1999; Sharps et al., 2001). É precisamente sobre as relações íntimas violentas que culminaram no femicídio que este estudo incide, procurando descrever os intervenientes e a relação entre estes, o contexto em que o crime foi cometido, as diferentes formas de violência prévia do agressor sobre a vítima e as motivações subjacentes ao femicídio.

Os agressores tinham, em média, 49 anos de idade, geralmente mais velhos que as vítimas, com uma idade média de 43 anos, sendo que ambos eram maioritariamente de raça caucasiana e de nacionalidade portuguesa. A maioria dos agressores e vítimas estavam ativos profissionalmente à data do femicídio, desempenhando no geral funções pouco qualificadas – os agressores eram sobretudo trabalhadores da construção civil e as vítimas empregadas de limpeza ou domésticas.

O agressor e a vítima mantinham uma relação íntima na maioria dos casos, com uma duração média de 14 anos. Contudo, encontravam-se em processo de separação em mais de metade dos casos e sempre por iniciativa da vítima. Saliente-se, ainda, que em 64% destes casos, o femicídio ocorreu no prazo de dois meses desde a separação ou pedido de separação

pela vítima, constituindo este um período temporal particularmente perigoso e de risco considerável (Kivisto, 2015). Estes dados são consistentes com a literatura científica que considera a separação um dos principais fatores de risco de femicídio (Almeida, 2012; Contreras, 2014; Pereira, Vieira, & Magalhães, 2013).

Quanto a outros fatores de risco associados ao agressor, destaca-se o histórico de abuso de substâncias, apresentado por mais de metade dos feticidas (56%), em concordância com o estudo de Sharps e colaboradores (2001), no qual 55.6% dos agressores haviam consumido drogas ilícitas no ano precedente ao femicídio e 45.1% eram consumidores problemáticos de álcool. Salientam-se também os antecedentes criminais e o acesso a armas de fogo, identificados na mesma proporção em cerca de um terço dos agressores (36%), reforçando a sua relevância como fatores de risco de femicídio (Contreras, 2014; Dobash et al., 2004; Pereira et al., 2013).

No que respeita ao comportamento homicida e à dinâmica criminal, verificou-se que seis agressores (24%) se suicidaram após o homicídio e que três casos (12%) envolveram uma outra vítima para além da mulher. Os crimes ocorreram sobretudo no domicílio do casal (36%) e foram cometidos maioritariamente com recurso a arma branca (60%). Pelo menos 40% dos agressores estavam sob o efeito de substâncias durante o homicídio e foram apurados indícios de premeditação ou de planeamento do crime em mais de metade dos casos (52%). Por fim, 8% das mulheres estavam grávidas quando foram mortas, valor ligeiramente superior ao verificado noutros estudos (Abrahams et al., 2009; Abrahams et al., 2013; McFarlane, Campbell, et al., 2002), o que vai de encontro com a hipótese de que o femicídio constitui uma importante causa de mortalidade materna (McFarlane, Campbell, et al., 2002), ainda que a dimensão da nossa amostra seja pequena para deduzir conclusões definitivas.

Relativamente às diversas formas de violência prévia ao femicídio, tema central neste estudo, importa primeiramente lembrar que os casos analisados neste estudo se tratam de

relações íntimas que já apresentavam histórico de violência antes do femicídio, tal como noutros estudos internacionais (Campbell et al., 2003; Koziol-McLain et al., 2006). Assim, verificou-se que 60% das mulheres já tinham sofrido agressões físicas por parte do seu parceiro íntimo antes de serem mortas e que, na maioria desses casos (66.7%), as agressões foram de uma violência extrema. É fundamental destacar que a gravidade e as lesões resultantes das agressões variam drasticamente entre casos, tal como foi constatado por outros autores (Nicolaidis et al., 2003), desde um caso em que o agressor desferiu duas bofetadas na vítima e se separaram, a outro em que a vítima se queixou (dois meses antes do femicídio) de ter sido sempre alvo de agressões físicas por parte do parceiro com quem era casada há 60 anos, com vários incidentes que provocaram graves lesões na vítima.

A prevalência observada de estrangulamento não letal (16%) é inferior à de outros estudos (Campbell et al., 2003; Glass, Laughon, Campbell, et al., 2008; Glass, Laughon, Rutto, et al., 2008; Koziol-McLain et al., 2006), o que poderá ser explicado pelo facto de neste estudo se ter recolhido apenas informação mediante a consulta processual, ao contrário dos estudos acima referidos, que questionaram pessoas próximas das vítimas, obtendo porventura mais informação dessa forma.

A violência psicológica é a forma de violência mais frequente, presente em quase todas as relações abusivas em análise (84%). Como se observou relativamente às agressões físicas, também a violência psicológica compreende um vasto leque de comportamentos, com diferentes graus de gravidade e que representam níveis distintos de risco. Destes, destacam-se especialmente as ameaças de morte, proferidas por grande parte dos agressores (68%), por vezes com recurso a armas (28%), as quais estão associadas a um risco acrescido de violência letal (Campbell et al., 2007; Echeburúa, Fernández-Montalvo, De Corral, & López-Goñi, 2009). Também as ameaças do agressor contra familiares, apuradas em quase um terço da

amostra (28%), aumentam consideravelmente o risco de femicídio (McFarlane, Campbell, & Watson, 2002).

Cerca de metade das mulheres (48%) foram vítimas de *stalking* pelo agressor antes do femicídio, maioritariamente após a separação (58.3%). A perseguição da vítima por parte do agressor, comportamento de *stalking* mais observado (32%), está particularmente associado a um risco elevado de femicídio (McFarlane, Campbell, & Watson, 2002). Acresce ainda que o *stalking*, quando acompanhado por violência física, representa um elevado risco de homicídio (McFarlane et al., 1999), situação que se verificou em 28% da amostra.

Apenas se identificaram comportamentos controladores do agressor em 20% dos casos, valor nitidamente inferior ao relatado noutros estudos (Campbell et al., 2003; Koziol-McLain et al., 2006; Glass, Laughon, Rutto, et al., 2008), provavelmente devido à metodologia de recolha de informação utilizada. Os estudos acima recorreram a entrevistas com *proxies* das vítimas, enquanto o presente artigo se baseou apenas na consulta processual. Os comportamentos controladores são por vezes interpretados pelas vítimas como atos de amor (Steiner, 2004, citado por Glass, Laughon, Rutto, et al., 2008), para além de que são menos evidentes – comparativamente, por exemplo, com as lesões resultantes de agressões físicas ou o impacto das ameaças de morte –, razão pelo qual possivelmente não são tão reportados nas queixas-crime e nos processos judiciais. Ainda assim, a literatura identifica a combinação de um agressor altamente controlador com a separação do casal particularmente perigosa (Campbell et al., 2003) e, atendendo a que 60% dos casos analisados se encontravam em processo de separação, os comportamentos controladores devem ser valorizados como importantes fatores de risco. Estes foram identificados quase exclusivamente durante a relação (80%), o que, no nosso entender, era expectável, visto exigirem uma certa proximidade e capacidade de controlo do agressor sobre a vítima, em comparação com o *stalking*, por exemplo, que é caracterizado precisamente pela tentativa de estabelecer contacto com a vítima.

Finalmente, apenas se identificou a presença de violência sexual num caso (4%), valor muito inferior ao de outros estudos (Campbell et al., 2003; Koziol-McLain et al., 2006). Considera-se provável que a prevalência observada não corresponda à real expressão desta forma de violência, atento o número elevado de omissos (82%) derivado da falta de informação nos processos sobre esta forma de violência, também mencionada noutros estudos (Almeida, 2012; Campbell et al., 2003), possivelmente devido ao seu carácter íntimo.

O último objetivo do presente estudo era investigar as motivações subjacentes ao femicídio. Sublinhe-se que nem sempre foi fácil classificar a motivação segundo as categorias determinadas na literatura científica, seja porque a terminologia utilizada varia ligeiramente entre estudos – reflexo da subjetividade natural da questão –, seja porque, em alguns casos, é possível reconhecer várias motivações ou uma motivação mista.

Ainda assim, determinou-se que quase metade dos femicídios (40%) foram motivados pela suspeição por parte do agressor de infidelidade da mulher ou ciúme sexual. Como referiu Almeida (2012), o ciúme por parte do agressor pode ser real ou imaginário, e, de facto, observaram-se casos em que a mulher efetivamente confessou ao homicida que se relacionara sexualmente com outro homem. Por outro lado, há casos em que o agressor era tão ciumento que a vítima não podia falar com nenhum homem na rua, que aquele alegava prontamente que seriam amantes.

A segunda motivação mais frequentemente observada está relacionada com o desejo de separação por parte da vítima (28%). Estes são os casos em que não existem indícios de que a vítima se tenha envolvido com outro homem ou, pelo menos, o agressor não o apontou como motivação para o femicídio em sede de interrogatório ou a pessoas próximas. São sobretudo casos em que a vítima solicitou a separação ou não quis reatar a relação com o agressor.

De seguida, surgem os femicídios precedidos por uma discussão entre o agressor e a vítima (20%), as quais foram motivadas pelas mais diversas razões, por exemplo: o agressor

acusava a vítima de ser muito ciumenta; noutro, estava convencido que a vítima o tinha envenenado ou, ainda, o facto da vítima não ter procedido à entrega, na entidade patronal do agressor, dos documentos relativos à baixa médica. Por fim, identificou-se um caso motivado por um problema de saúde da vítima (4%), designadamente a doença de Alzheimer, a qual, segundo o agressor, reduzira drasticamente a autonomia da vítima e a tornara demasiado dependente, e outro em que a vítima alegadamente devia dinheiro ao agressor (motivo económico – 4%).

Considerações Finais

Este estudo reforça a relevância do histórico de violência prévia como fator de risco, ao identificar que pelo menos 70% das vítimas de femicídio já tinham sido alvo de violência pelos seus parceiros íntimos. Isto significa, por outro lado, que existe uma percentagem significativa de casos que não apresenta sinais de violência prévia ou de comportamentos perturbadores por parte do homem, pelo que se reforça a necessidade de estudar aprofundadamente também aqueles que matam sem terem anteriormente exercido violência sobre a vítima, os quais mais dificilmente serão identificados pelo sistema de justiça ou de saúde e considerados agressores de risco elevado de violência letal e, por essa razão, constituem um desafio para os profissionais que fazem avaliação e gestão de risco.

Adicionalmente, consideramos imperativo salientar que quase metade das vítimas (48%) já tinham apresentado queixa às autoridades e que se identificaram sinais evidentes de escalada da gravidade e/ou da frequência da violência sobre a vítima em 34.3% dos casos. Quer isto dizer que grande parte das vítimas tinham a perceção do perigo que corriam e efetivamente procuraram a ajuda das autoridades, existindo inequivocamente oportunidades de intervenção nestas situações. Estes resultados indicam que não basta detetar a violência na relação íntima e que é imprescindível atuar sobre essas situações, procurando proteger as vítimas.

Outras medidas como a prevenção do abuso de substâncias e a restrição do acesso do agressor a armas de fogo podem contribuir positivamente para a redução dos casos de femicídio, atenta a prevalência significativa destes fatores de risco nas relações violentas analisadas. Como os resultados obtidos demonstram, muitos casais estavam recentemente separados ou em vias de se separarem (60%) e vários femicídios foram motivados precisamente por esta questão (28%), constituindo por isso um período particularmente perigoso que tem de ser devidamente valorizado durante a avaliação e gestão de risco nestas situações, nomeadamente os primeiros meses subsequentes à separação.

Paralelamente, o presente estudo permitiu descrever detalhadamente as diversas formas de violência que ocorrem antes do femicídio, apresentando inclusivamente exemplos que demonstram a variabilidade desses comportamentos quanto à sua gravidade e frequência. Assim, observou-se que frequentemente coexistem várias formas de violência – 80% das vítimas da nossa amostra sofreram mais de um tipo de violência –, as quais devem ser analisadas separada e detalhadamente no processo de avaliação de risco, considerando a natureza distinta desses comportamentos e os seus diferentes impactos.

Para além destes contributos, este estudo apresenta algumas limitações. Primeiro, a amostra é relativamente pequena e exclusiva a comunidades essencialmente urbanas da zona da Grande Lisboa, pelo que os resultados não são generalizáveis para outras populações. Neste sentido, seria interessante alargar a amostra ao nível nacional, possibilitando uma análise representativa da população portuguesa.

Por outro lado, verificou-se uma certa escassez de informação sobre algumas variáveis, nomeadamente as relações sexuais forçadas, os comportamentos controladores, os antecedentes psiquiátricos ou psicológicos do agressor ou o *stalking*. A metodologia de recolha de informação utilizada neste estudo (consulta processual) limita necessariamente o conhecimento à informação existente nos processos, a qual varia drasticamente consoante a extensão da

investigação necessária para resolver o caso. Os processos de femicídio seguido de suicídio, por exemplo, contêm caracteristicamente menos informação no geral, e particularmente sobre o histórico de violência prévia na relação, o qual tende a ser subreportado nos registos judiciais.

A adoção de uma abordagem holística no que respeita à metodologia de recolha de informação, recorrendo à análise documental dos processos judiciais e registos médicos, juntamente com a realização de entrevistas a pessoas próximas das vítimas, bem como aos agressores, após a sua reclusão, permitiria alcançar uma visão mais completa do fenómeno. Atendendo à predominância dos estudos quantitativos sobre a temática, seria também útil reforçar a investigação de natureza qualitativa, nomeadamente junto dos agressores, para compreender melhor o que os leva ao femicídio e de que forma se podem melhorar as práticas de avaliação de risco e de intervenção nestas situações.

Referências

- Abrahams, N., Jewkes, R., Martin, L. J., Mathews, S., Vetten, L., & Lombard, C. (2009). Mortality of women from intimate partner violence in South Africa: a national epidemiological study. *Violence and Victims, 24*(4), 546-556.
- Abrahams, N., Mathews, S., Martin, L. J., Lombard, C., & Jewkes, R. (2013). Intimate partner femicide in South Africa in 1999 and 2009. *PLoS Med, 10*(4), e1001412.
- Almeida, I. (2012). *Avaliação de risco de femicídio: Poder e controlo nas dinâmicas das relações íntimas*. (Tese de doutoramento). Retirada de:
<http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/8894>
- Basile, K. C., Arias, I., Desai, S., & Thompson, M. P. (2004). The differential association of intimate partner physical, sexual, psychological, and stalking violence and posttraumatic stress symptoms in a nationally representative sample of women. *Journal of Traumatic Stress, 17*(5), 413-421.
- Bourget, D., Gagné, P., & Whitehurst, L. (2010). Domestic homicide and homicide-suicide: The older offender. *The Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law, 38*(3), 305–311.
- Campbell, J. C., Glass, N., Sharps, P. W., Laughon, K., & Bloom, T. (2007). Intimate partner homicide: Review and implications of research and policy. *Trauma, Violence, & Abuse, 8*(3), 246-269.
- Campbell, J. C., Webster, D. W., & Glass, N. (2009). The danger assessment validation of a lethality risk assessment instrument for intimate partner femicide. *Journal of Interpersonal Violence, 24*(4), 653-674.
- Campbell, J. C., Webster, D., Koziol-McLain, J., Block, C., Campbell, D., Curry, M. A., . . . Laughon, K. (2003). Risk factors for femicide in abusive relationship: Results from a multisite case control study. *American Journal of Public Health, 93*, 1089-1097.

- Contreras, L. (2014). Factores de riesgo de homicidio de la mujer en la relación de pareja. *Universitas Psychologica*, *13*(2), 681-692.
- Direção-Geral da Política da Justiça (2016). *Estatísticas da justiça*. Retirado em 24/11/2016 de <http://www.siej.dgpj.mj.pt/>
- Dixon, L., Hamilton-Giachritsis, C., & Browne, K.D. (2008). Classifying partner femicide. *Journal of Interpersonal Violence*, *23*, 74-93.
- Dobash, R. E., Dobash, R. P., Cavanagh, K., & Lewis, R. (2004). Not an ordinary killer—Just an ordinary guy. When men murder an intimate woman partner. *Violence Against Women*, *10*, 577-605.
- Dobash, R. E., Dobash, R. P., Cavanagh, K., & Medina-Ariza, J. (2007). Lethal and non-lethal violence against an intimate female partner: Comparing male murderers with non-lethal abusers. *Violence Against Women*, *13*, 329-353.
- Dutton, D., & Kerry, G. (1999). Modus operandi and personality disorder in incarcerated spousal killers. *International Journal of Law and Psychiatry*, *22*, 287-299.
- Echeburúa, E., Fernández-Montalvo, J., & Corral, P. (2008). ¿Hay diferencias entre la violencia grave y la violencia menos grave contra la pareja?: un análisis comparativo. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, *8*, 355-382.
- Echeburúa, E., Fernández-Montalvo, J., De Corral, P., & López-Goñi, J. (2009). Assessing risk markers in intimate partner femicide and severe violence: A new assessment instrument. *Journal of Interpersonal Violence*, *24*(6), 925-939.
- Eke, A. W., Hilton, N. Z., Harris, G. T., Rice, M. E., & Houghton, R. E. (2011). Intimate partner homicide: risk assessment and prospects for prediction. *Journal of Family Violence*, *26*, 211-216.
- Elliott, B. A., & Johnson, M. M. (1995). Domestic violence in a primary care setting: patterns and prevalence. *Archives of Family Medicine*, *4*(2), 113.

- Elisha, E., Idisis, Y., Timor, U., & Addad, M. (2010). Typology of intimate partner homicide: Personal, interpersonal, and environmental characteristics of men who murdered their female intimate partner. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, *54*, 494-516.
- Glass, N., Laughon, K., Campbell, J., Block, C. R., Hanson, G., Sharps, P. W., & Taliaferro, E. (2008). Non-fatal strangulation is an important risk factor for homicide of women. *The Journal of Emergency Medicine*, *35*(3), 329-335.
- Glass, N., Laughon, K., Rutto, C., Bevacqua, J., & Campbell, J. C. (2008). Young Adult Intimate Partner Femicide An Exploratory Study. *Homicide Studies*, *12*(2), 177-187.
- Goussinsky, R., & Yassour-Borochowitz, D. (2012). "I killed her, but I never laid a finger on her" – a phenomenological difference between wife-killing and wife-battering. *Aggression & Violent Behavior*, *17*(6), 553-564.
- Kivisto, A. J. (2015). Male perpetrators of intimate partner homicide: A review and proposed typology. *Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law*, *43*(3), 300-312.
- Koziol-McLain, J., Webster, D., McFarlane, J., Block, C. R., Ulrich, Y., Glass, N., & Campbell, J. C. (2006). Risk factors for femicide-suicide in abusive relationships: Results from a multisite case control study. *Violence and Victims*, *21*(1), 3-21.
- Kronbauer, J. F. D., & Meneghel, S. N. (2005). Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. *Revista de Saúde Pública*, *39*(5), 695-701.
- Marshall, L. L. (1992). Development of the severity of violence against women scales. *Journal of Family Violence*, *7*(2), 103-121.
- McFarlane, J., Campbell, J. C., Sharps, P., & Watson, K. (2002). Abuse during pregnancy and femicide: Urgent implications for women's health. *Obstetrics & Gynecology*, *100*(1), 27-36.

- McFarlane, J., Campbell, J. C., & Watson, K. (2002). Intimate partner stalking and femicide: Urgent implications for women's safety. *Behavioral Sciences & the Law*, 20(1-2), 51-68.
- McFarlane, J. M., Campbell, J. C., Wilt, S., Sachs, C. J., Ulrich, Y., & Xu, X. (1999). Stalking and intimate partner femicide. *Homicide Studies*, 3(4), 300-316.
- Miner, E. J., Shackelford, T. K., Block, C. R., Starratt, V. G., & Weekes-Shackelford, V. A. (2012). Risk of death or life-threatening injury for women with children not sired by the abuser. *Human Nature*, 23(1), 89-97.
- Moracco, K. E., Runyan, C. W., & Butts, J. D. (1998). Femicide in North Carolina, 1991-1993: A Statewide Study of Patterns and Precursors. *Homicide Studies*, 2(4), 422-446.
- Moreschi, C., Da Broi, U., Zamai, V., & Palese, F. (2016). Medico legal and epidemiological aspects of femicide in a judicial district of north eastern Italy. *Journal of Forensic and Legal Medicine*, 39, 65-73.
- Nicolaidis, C., Curry, M. A., Ulrich, Y., Sharps, P., McFarlane, J., Campbell, D., ... & Campbell, J. (2003). Could we have known? A qualitative analysis of data from women who survived an attempted homicide by an intimate partner. *Journal of General Internal Medicine*, 18(10), 788-794.
- Pereira, A.R., Vieira, D.N. & Magalhães, T. (2013). Fatal intimate partner violence against women in Portugal: a forensic medical national study. *Journal of Forensic and Legal Medicine*, 20(8), 1099-1107.
- Seimer, B. S. (2004). Intimate violence in adolescent relationships: Recognizing and intervening. *MCN*, 29(2), 117-121.
- Sharps, P. W., Koziol-McLain, J., Campbell, J., McFarlane, J., Sachs, C., & Xu, X. (2001). Health care providers' missed opportunities for preventing femicide. *Preventive Medicine*, 33(5), 373-380.

Sistema de Segurança Interna (SSI). (2010). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)*.

Gabinete do Secretário-Geral. Retirado em 04/12/2016 de:

[http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%20\(RASI\)/RASI%202010.pdf](http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%20(RASI)/RASI%202010.pdf)

Sistema de Segurança Interna (SSI). (2011). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)*.

Gabinete do Secretário-Geral. Retirado em 04/12/2016 de:

http://www.portugal.gov.pt/media/555724/2012-03-30_relat_rio_anual_seguran_a_interna.pdf

Sistema de Segurança Interna (SSI). (2012). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)*.

Gabinete do Secretário-Geral. Retirado em 04/12/2016 de:

http://www.portugal.gov.pt/media/904058/20130327_RASI%202012_vers%C3%A3o%20final.pdf

Sistema de Segurança Interna (SSI). (2013). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)*.

Gabinete do Secretário-Geral. Retirado em 04/12/2016 de:

<http://www.portugal.gov.pt/media/1391220/RASI%202013.pdf>

Sistema de Segurança Interna (SSI). (2014). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)*.

Gabinete do Secretário-Geral. Retirado em 04/12/2016 de:

<http://www.portugal.gov.pt/media/6877606/20150331-rasi-2014.pdf>

Sistema de Segurança Interna (SSI). (2015). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)*.

Gabinete do Secretário-Geral. Retirado em 06/04/2016 de:

<http://www.portugal.gov.pt/media/18859123/20160331-rasi-2015.pdf>

Statistics South Africa. (2016). *Community Survey 2016*. Retirado em 09/09/2016 de:

http://cs2016.statssa.gov.za/wp-content/uploads/2016/07/NT-30-06-2016-RELEASE-for-CS-2016-_Statistical-releas_1-July-2016.pdf

- Stöckl, H., Devries, K., Rotstein, A., Abrahams, N., Campbell, J., Watts, C., & Moreno, C. (2013). The global prevalence of intimate partner homicide: a systematic review. *Lancet*, 382, 859-65.
- Tjaden, P., & Thoennes, N. (2000). *Full report of the prevalence, incidence, and consequences of violence against women* (National Institute of Justice, Research Report, NCJ No. 183781). Washington, DC: U.S. Department of Justice.
- União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR). (2015) *Observatório das Mulheres Assassinadas*. Retirado em 06/04/2016 de:
http://www.umarfeminismos.org/images/stories/oma/2015/OMA_2015_Relat%C3%B3rio_Anuar_Final.pdf
- United Nations Office on Drugs and Crime. (2013). *Global study on homicide: Trends, contexts, data*. Vienna: UNODC.
- U.S. Census Bureau. (2011). *Overview of race and hispanic origin: 2010*. Retirado em 09/09/2016 de: <http://www.census.gov/prod/cen2010/briefs/c2010br-02.pdf>
- World Health Organization. (2002). *World report on violence and health*. Geneva: WHO.

Conclusão Geral

Apesar de a criminalidade violenta e grave apresentar uma tendência decrescente nos últimos anos em Portugal (SSI, 2015), constata-se que o homicídio no contexto de relações íntimas, cujas vítimas são principalmente mulheres (SSI, 2014), continua a apresentar valores preocupantes, merecendo por isso a nossa atenção. A prevenção deste tipo de homicídio passa necessariamente pela atempada identificação e avaliação das situações de maior risco, com base nos fatores associados ao agressor, à vítima e à relação entre estes, e por uma intervenção adequada. A investigação científica sobre o fenómeno tem um papel capital na prevenção deste crime, pois permite caracterizar as relações íntimas que culminam em femicídio e identificar os principais fatores de risco presentes nestas situações. Esta dissertação foca especificamente o histórico de violência prévia ao femicídio que, embora seja considerado um dos mais importantes fatores de risco (e.g, Campbell et al., 2003; Contreras, 2014; Moracco, Runyan, & Butts, 1998), não tem sido estudado de forma suficientemente detalhada e discriminada, considerando as particularidades das diversas formas de violência existentes. Expostos os dois artigos que compõem a presente dissertação, importa fazer uma avaliação global e análise crítica dos seus contributos e implicações teórico-práticas, bem como apresentar sugestões para desenvolvimento de estudos futuros.

O primeiro artigo, de índole teórica, permitiu sistematizar o conhecimento produzido e os principais resultados de 20 artigos científicos que focaram as diferentes formas de violência nas relações íntimas antes do femicídio. Mediante esta revisão sistemática da literatura foi possível concluir que a prevalência de violência prévia oscila consideravelmente entre estudos (31% - 81%), reflexo de diferentes critérios de seleção das amostras e de metodologias de recolha de informação distintas. Determinadas formas de violência como o estrangulamento não letal (35% a 56.4%), ameaças de morte (49.6% a 78.5%) ou com armas (30% a 55.6%), *stalking* (16.7% a 76%) ou os comportamentos controladores (65.9% a 81%) apresentam taxas

de prevalência muito elevadas em alguns estudos. Salienta-se, ainda, a heterogeneidade das características das amostras dos estudos analisados, nomeadamente quanto à origem, idade e raça dos participantes, sendo que a maioria dos estudos utilizaram amostras de conveniência mistas, ou seja, com dados sobre os agressores e as vítimas. As metodologias de recolha de informação predominantes são a análise documental de processos judiciais e os inventários de heteroavaliação com *proxies* das vítimas e, no geral, os estudos com menores taxas de prevalência das diversas formas de violência são aqueles que recorreram à consulta de processos-crime (e.g., Eke, Hilton, Harris, Rice, & Houghton, 2011; Moreschi, Da Broi, Zamai, & Palese, 2016), comparativamente com os que recolheram informação mediante entrevistas com *proxies* das vítimas (e.g., McFarlane et al., 1999; Koziol-McLain et al., 2006) ou com os polícias que conduziram a investigação dos casos (e.g., Moracco et al., 1998).

O segundo artigo cumpriu o seu principal objetivo, de estudar detalhadamente as várias formas de violência prévia ao femicídio, através de um estudo empírico, de carácter retrospectivo e exploratório, no qual se selecionaram e analisaram 25 processos-crime de casos de relações íntimas com histórico de violência (71.4% dos 35 processos consultados) que culminaram no femicídio, entre 2010 e 2015, na zona da Grande Lisboa. Os resultados indicam que 84% das vítimas já tinham sofrido violência psicológica, a qual compreende insultos/humilhações (40%), ameaças de morte à vítima (68%), por vezes com recurso a armas (28%), ameaças de suicídio do agressor (28%) e ameaças de morte a familiares (28%). Mais de metade sofreu agressões físicas (60%), que foram de uma violência extrema em 66.7% desses casos, incluindo espancamentos, estrangulamento não-letal ou agressões que tenham exigido a hospitalização da vítima. 48% das mulheres foram vítimas de comportamentos de *stalking*, os quais tiveram início sobretudo após a separação do casal (58.3%). Verificaram-se comportamentos controladores por parte do agressor em 20% da amostra e violência sexual em apenas um caso

(4%). Acresce mencionar a frequente coexistência de várias formas de violência, tendo 80% das vítimas da nossa amostra sofrido mais de um tipo de violência.

Considerando as limitações dos artigos que compõem a presente dissertação, apresentam-se sugestões para desenvolvimento de estudos futuros. Ambos os artigos enfatizam a necessidade de adotar uma abordagem holística quanto à metodologia de recolha de informação. A análise documental de processos-crime de femicídio, metodologia também utilizada no presente artigo empírico (Artigo 2), limita o conhecimento à informação existente nos processos (Almeida, 2012; Campbell, Glass, Sharps, Laughon, & Bloom, 2007; Dutton & Kerry, 1999), a qual varia consideravelmente consoante a extensão da investigação necessária para descobrir os agentes do crime ou assegurar os meios de prova – a escassez de informação nos casos de femicídio seguido de suicídio é exemplo disso –, para além de apresentarem lacunas quanto a variáveis do foro mais íntimo ou privado, como as relações sexuais forçadas, o *stalking*, os maus tratos durante a gravidez (Almeida, 2012) ou ainda, como se verificou no Artigo 2, sobre os comportamentos controladores do agressor ou os seus antecedentes psiquiátricos/psicológicos.

Já os estudos que recorrem a inventários de heteroavaliação com *proxies* das vítimas, embora obtenham mais informação a respeito da relação entre o agressor e a vítima, estão dependentes da disponibilidade dos *proxies*, cujo conhecimento sobre o agressor, a vítima e a relação entre estes pode variar notavelmente (Campbell et al., 2003; Glass, Laughon, Campbell, et al., 2008; Glass, Laughon, Rutto et al., 2008). Outro estudo que também recorreu a esta metodologia sublinhou que não foi possível contactar *proxies* para todos os casos de femicídio analisados, os quais podem ter envolvido os agressores mais perigosos ou os casais mais isolados (Sharps et al., 2001).

Por estas razões, julgamos que a combinação das várias metodologias de recolha de informação proporcionaria uma visão mais completa sobre cada caso, complementando a

análise documental dos processos judiciais e registros médicos, com a realização de entrevistas a pessoas próximas das vítimas, bem como aos agressores após a sua reclusão.

Paralelamente, atendendo à predominância dos estudos quantitativos sobre a temática, consideramos também pertinente reforçar a investigação de natureza qualitativa, nomeadamente através de entrevistas com os agressores, para compreender melhor as motivações subjacentes ao femicídio, mas também aos comportamentos violentos contra a vítima antes do homicídio.

Por último, considerando que 28.6% do total de casos consultados no Artigo 2 não apresentavam sinais de violência prévia por parte do agressor, assim como outros estudos identificaram perfis de fomicidas caracterizados pela inexistência de violência prévia sobre a vítima (Almeida, 2012; Dixon, Hamilton-Giachritsis, & Browne, 2008; Elisha, Idisis, Timor, & Addad, 2010; Kivisto, 2015), enfatizamos a necessidade de estudar aprofundadamente os homens que matam sem terem anteriormente exercido violência sobre a vítima. Estes agressores mais dificilmente serão identificados pelo sistema de justiça ou de saúde e avaliados como agressores com risco de violência letal elevado, constituindo um desafio para os profissionais que fazem avaliação e gestão de risco (Dobash, Dobash, Cavanagh, & Medina-Ariza, 2007).

Finalmente, importa refletir sobre os principais contributos e implicações teórico-práticas deste estudo. Os resultados da revisão sistemática da literatura (Artigo 1) e do estudo empírico (Artigo 2) indicam que a maioria dos casos de femicídio apresentam um histórico de violência prévia do agressor sobre a vítima (e.g., Campbell et al., 2003; Koziol-McLain et al., 2006; Moracco et al., 1998; Sharps et al., 2001), em que frequentemente coexistem várias formas de violência, muitas vezes caracterizadas por uma violência extrema, com agressões que resultam em lesões graves que exigem a hospitalização da vítima. Os estudos demonstram também a elevada prevalência de formas específicas de violência que estão associadas a um risco elevado de femicídio e que têm de ser devidamente valorizadas pelos responsáveis pela

avaliação e intervenção nestes casos, tais como as ameaças de morte, por vezes com recurso a armas (Campbell et al., 2007; Echeburúa, Fernández-Montalvo, De Corral, & López-Goñi, 2009), as ameaças de morte a familiares (McFarlane, Campbell, & Watson, 2002), que repetidamente acompanharam as ameaças de suicídio por parte dos agressores no estudo empírico (Artigo 2), o *stalking* (McFarlane et al., 1999) ou os comportamentos controladores do agressor, cuja presença é considerada particularmente perigosa se o casal estiver em processo de separação (Campbell et al., 2003).

No estudo empírico (Artigo 2), o desejo de separação por parte da vítima motivou quase um terço dos casos de femicídio analisados (28%) e 60% dos casais estavam recentemente separados ou em vias de se separarem, constituindo um período especialmente perigoso que deve ser destacado durante o processo de avaliação e gestão de risco, sobretudo os primeiros meses subsequentes à separação (Contreras, 2014; Pereira, Vieira, & Magalhães, 2013; Kivisto, 2015).

Os ciúmes intensos e a suspeição por parte do agressor de infidelidade da mulher motivaram 40% dos femicídios analisados no estudo empírico e constituem um fator de risco significativamente associado à violência letal, pelo que, juntamente com os sentimentos de posse sobre a vítima (Dobash et al., 2007), são fatores que não podem ser menosprezados pela sociedade em geral e particularmente pelos membros dos serviços sociais, de saúde e do sistema de justiça.

É fulcral salientar que quase metade das vítimas (48%) no estudo empírico já tinham apresentado queixa por violência doméstica às autoridades, o que significa que tinham a perceção do perigo que corriam, tiveram a coragem de participar a violência de que eram alvo e, no entanto, não foram tomadas as medidas necessárias para as proteger. O número elevado de casos em que a vítima teve contacto prévio com o sistema de justiça (queixas-crime por violência doméstica) ou de saúde (hospitalizações devido a agressões prévias) revela que

existem inequivocamente oportunidades para identificação das mulheres em risco e intervenção apropriada (Campbell et al., 2007).

Considera-se, ainda, que medidas como a prevenção do abuso de substâncias e a restrição do acesso do agressor a armas de fogo podem contribuir positivamente para a redução do número de femicídios (Campbell et al., 2003), atenta a prevalência destes fatores de risco nas relações analisadas. Nos casos sem sinais de violência prévia sobre a vítima, que constituem uma percentagem significativa, ainda que minoritária, recomenda-se a consideração de outros fatores de risco como o desejo de controlo por parte do homem, juntamente com expressões de desespero e isolamento (Elisha et al., 2010).

Esta dissertação enfatiza a importância da formação dos profissionais que intervêm junto das vítimas e agressores, promovendo o reconhecimento e devida valorização das várias formas de violência prévia como fator de risco preditor de femicídio. Por outro lado, alertamos para a necessidade de desenvolvimento de políticas preventivas e interventivas efetivamente capazes de proteger potenciais vítimas. Em última análise, esperamos que este trabalho possa contribuir para o esclarecimento dos fatores de risco de femicídio, tanto na comunidade científica como nos responsáveis pela avaliação e intervenção nestes casos, auxiliando assim a prevenção deste crime especialmente violento.

Referências

- Almeida, I. (2012). *Avaliação de risco de femicídio: Poder e controlo nas dinâmicas das relações íntimas*. (Tese de doutoramento). Retirada de:
<http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/8894>
- Campbell, J. C., Glass, N., Sharps, P. W., Laughon, K., & Bloom, T. (2007). Intimate partner homicide: Review and implications of research and policy. *Trauma, Violence, & Abuse*, 8(3), 246-269.
- Campbell, J. C., Webster, D., Koziol-McLain, J., Block, C., Campbell, D., Curry, M. A., . . . Laughon, K. (2003). Risk factors for femicide in abusive relationship: Results from a multisite case control study. *American Journal of Public Health*, 93, 1089-1097.
- Contreras, L. (2014). Factores de riesgo de homicidio de la mujer en la relación de pareja. *Universitas Psychologica*, 13(2), 681-692.
- Dixon, L., Hamilton-Giachritsis, C., & Browne, K.D. (2008). Classifying partner femicide. *Journal of Interpersonal Violence*, 23, 74-93.
- Dobash, R. E., Dobash, R. P., Cavanagh, K., & Medina-Ariza, J. (2007). Lethal and non-lethal violence against an intimate female partner: Comparing male murderers with non-lethal abusers. *Violence Against Women*, 13, 329-353.
- Dutton, D., & Kerry, G. (1999). Modus operandi and personality disorder in incarcerated spousal killers. *International Journal of Law and Psychiatry*, 22, 287-299.
- Echeburúa, E., Fernández-Montalvo, J., De Corral, P., & López-Goñi, J. (2009). Assessing risk markers in intimate partner femicide and severe violence: A new assessment instrument. *Journal of Interpersonal Violence*, 24(6), 925-939.
- Eke, A. W., Hilton, N. Z., Harris, G. T., Rice, M. E., & Houghton, R. E. (2011). Intimate partner homicide: risk assessment and prospects for prediction. *Journal of Family Violence*, 26, 211-216.

- Elisha, E., Idisis, Y., Timor, U., & Addad, M. (2010). Typology of intimate partner homicide: Personal, interpersonal, and environmental characteristics of men who murdered their female intimate partner. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, *54*, 494-516.
- Glass, N., Laughon, K., Campbell, J., Block, C. R., Hanson, G., Sharps, P. W., & Taliaferro, E. (2008). Non-fatal strangulation is an important risk factor for homicide of women. *The Journal of Emergency Medicine*, *35*(3), 329-335.
- Glass, N., Laughon, K., Rutto, C., Bevacqua, J., & Campbell, J. C. (2008). Young Adult Intimate Partner Femicide An Exploratory Study. *Homicide Studies*, *12*(2), 177-187.
- Kivisto, A. J. (2015). Male perpetrators of intimate partner homicide: A review and proposed typology. *Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law*, *43*(3), 300-312.
- Koziol-McLain, J., Webster, D., McFarlane, J., Block, C. R., Ulrich, Y., Glass, N., & Campbell, J. C. (2006). Risk factors for femicide-suicide in abusive relationships: Results from a multisite case control study. *Violence and Victims*, *21*(1), 3-21.
- McFarlane, J., Campbell, J. C., & Watson, K. (2002). Intimate partner stalking and femicide: Urgent implications for women's safety. *Behavioral Sciences & the Law*, *20*(1-2), 51-68.
- McFarlane, J. M., Campbell, J. C., Wilt, S., Sachs, C. J., Ulrich, Y., & Xu, X. (1999). Stalking and intimate partner femicide. *Homicide Studies*, *3*(4), 300-316.
- Moracco, K. E., Runyan, C. W., & Butts, J. D. (1998). Femicide in North Carolina, 1991-1993 A Statewide Study of Patterns and Precursors. *Homicide Studies*, *2*(4), 422-446.
- Moreschi, C., Da Broi, U., Zamai, V., & Palese, F. (2016). Medico legal and epidemiological aspects of femicide in a judicial district of north eastern Italy. *Journal of Forensic and Legal Medicine*, *39*, 65-73.

Pereira, A.R., Vieira, D.N. & Magalhães, T. (2013). Fatal intimate partner violence against women in Portugal: a forensic medical national study. *Journal of Forensic and Legal Medicine*, 20(8), 1099-1107.

Sharps, P. W., Koziol-McLain, J., Campbell, J., McFarlane, J., Sachs, C., & Xu, X. (2001). Health care providers' missed opportunities for preventing femicide. *Preventive Medicine*, 33(5), 373-380.

Sistema de Segurança Interna (SSI). (2014). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)*. Gabinete do Secretário-Geral. Retirado em 04/12/2016 de:
<http://www.portugal.gov.pt/media/6877606/20150331-rasi-2014.pdf>

Sistema de Segurança Interna (SSI). (2015). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)*. Gabinete do Secretário-Geral. Retirado em 06/04/2016 de:
<http://www.portugal.gov.pt/media/18859123/20160331-rasi-2015.pdf>

ANEXOS

Anexo A

Autorização para Utilização dos Dados Resultantes da Consulta a Processos-Crime



Declaração

Eu, Cristina Branca de Matos Soeiro Correia Teles, Especialista Superior e responsável pelo Gabinete de Psicologia e Seleção da Escola de Polícia Judiciária e coordenadora do projeto de investigação sobre a temática do Femicídio, a decorrer nesta instituição, venho formalizar a permissão para o aluno João Mata utilizar o instrumento de avaliação de risco de violência doméstica SARA (versão portuguesa traduzida e adaptada por Almeida e Soeiro, 2005), assim como a utilização de dados resultantes de consulta a processos concluídos e julgados de crimes de homicídio contra mulheres no âmbito da violência doméstica, recolhidos no âmbito do projeto de investigação referido anteriormente, para fins de realização de trabalho de investigação, no âmbito da tese de dissertação de Mestrado em Psicologia Jurídica da Universidade Fernando Pessoa.

Barro, 12 de fevereiro de 2016

Cristina Soeiro

Especialista Superior

Gabinete de Psicologia e Seleção

Escola de Polícia Judiciária